283

TURISMO, FONTE DE RIQUEZA E DE POESIA

S N I

1244

288

POLÍTICA DO ESPÍRITO

ANTÓNIO FERRO

•

TURISMO
FONTE DE RIQUEZA E DE POESIA

EDIÇÕES
S N I
LISBOA
19 49

TURISMO, FONTE DE RIQUEZA E DE POESIA

338

ANTÓNIO FERRO

283

POLÍTICA DO ESPÍRITO

TURISMO, FONTE DE RIQUEZA E DE POESIA

EDIÇÕES
SNI
LISBOA

19 49

S.N.T.
1244

INCORPORAÇÃO

REUNIÃO NO S. N. I. DAS JUNTAS DE
TURISMO EM 11 DE OUTUBRO DE 1948

É frequente ouvir dizer que Portugal, país turístico, se ignora a si próprio e não sabe ou não quer fazer turismo. A afirmação tem certo fundamento pois sentimos que o problema do turismo não entrou ainda na grande linha das preocupações nacionais, apesar de muitos portugueses e até estrangeiros se esfalfarem a gritar que possuímos condições naturais para sermos considerados como um país típico de turismo, ao lado da Itália, da França, da Bélgica e da Suíça. Mas a verdade é que, afora a compreensão de alguns dirigentes e de poucas instituições, sentimos que continuamos a pregar no deserto se bem que sejamos acusados depois, pelos próprios que não nos ouvem, de não fazermos nada pelo turismo do qual, afinal, os nossos acusadores tanto se esquecem...

O turismo não é nem pode ser a obra dum só departamento, sobretudo se este não for bastante dotado nem tiver autoridade suficiente para impor uma linha de conduta e de acção aos organismos locais e até privados que deviam depender da sua orientação.

Estamos tão cansados, assim, de escrever a palavra turismo que já não sabemos se devemos principiá-la com T *grande ou* t *pequeno, pois oscilamos,*

constantemente, entre o optimismo e o pessimismo, entre a alta esperança de poder fazer alguma coisa (T *grande*) *e aquele complexo de inferioridade* (t *pequeno*) *que nos leva a escrever a palavra com timidez, com humildade, quase com vergonha... A verdade é que o problema do Turismo* (*desta vez com* T *grande*) *só pode vir a ser resolvido em Portugal se for definitivamente tomado a sério, tão a sério, por exemplo, como o problema do repovoamento florestal, da restauração dos monumentos nacionais, da rede de estradas ou da electrificação do País, problemas, aliás, sem a resolução dos quais qualquer obra* séria *de turismo se tornaria impossível. Os alicerces já foram lançados à terra. O necessário, agora, é que a palavra turismo deixe de ser uma palavra-brinquedo, para uso de férias ou de falta de assunto, e passe a constituir, repetimos, um problema nacional como, por exemplo, o da Colonização Interna ou o da Marinha Mercante.*

Não se julgue, porém, competir apenas ao Estado, que pouco mais poderá ser do que o animador e centralizador das actividades privadas, a resolução completa do problema. O turismo constitui uma indústria rendosa que interessa especialmente aos hotéis, aos caminhos de ferro, às agências de viagens, às companhias de navegação marítima e aérea, ao próprio comércio do País, etc. Parece-nos justo, portanto, que todas estas actividades contribuam, com acção e meios de acção para resolução dum problema de interesse comum. Torna-se, pois, urgente, a nosso ver, constituir o consórcio, o bloco de todas as indústrias que formam a indústria do turismo.

Seria um passo em frente para se fazer um balanço definitivo de forças e dar a grande batalha.

Quanto a nós, com os limitados meios de que dispomos, não podemos fazer mais do que temos feito: mostrar alguns exemplos, sinalizar os caminhos do turismo, e, acima de tudo sentir *o problema, agitá-lo, pô-lo em equação... É pouco? Quase tudo são palavras? Sem dúvida, mas foi o possível, até agora, para não ficarmos inertes nem cúmplices perante o abandono ou o adiamento da resolução total do problema. Obra modesta, aliás, que nem por isso consideramos inútil pois nada se faz sem preparação, sem saber para onde se vai, sem a criação de uma atmosfera.*

Dentro de poucas semanas será publicado, pelo S. N. I., um pequeno volume em que coligimos alguns discursos que temos pronunciado sobre o assunto em inaugurações de pousadas, hotéis, agências de viagens e postos fronteiriços, reuniões do Conselho e Juntas de Turismo, etc. Essa brochura terá dois intuitos: publicar uma espécie de cartilha com as lições da nossa experiência na matéria, colectânea despretensiosa de ensinamentos e conceitos talvez úteis, e demonstrar, perante quem nos critique ou julgue, que o Secretariado, sob a nossa direcção, compreendeu sempre a importância do turismo, que fez a sua constante propaganda e apostolado, que soube enquadrá-lo, sem exagero nem megalomanias, dentro das grandes preocupações nacionais. A memória dos homens é fraca e constitui, quase sempre, um tribunal onde raramente aparece um advogado de defesa e apenas se costuma dar a palavra ao delegado da acusação... Essa brochura, pois, legítima defesa de

passados e futuros ataques, ficará como o documento da nossa obra ou do sonho da nossa obra, do que fizemos ou pretendemos fazer, lição, repetimos, da nossa experiência e testemunho da nossa possível acção.

Foi com o maior optimismo, o maior entusiasmo, que o Secretariado da Propaganda Nacional recebeu, em 1940, no quadro das suas actividades, o encargo do problema do turismo. Há muito que sonhávamos, quase infantilmente, com essa caixa de lápis-de-cores, com mais esse pretexto para elevar o nível do nosso gosto, para embelezar o País, para sublinhar a sua poesia e a sua graça, para tentar, dentro dessa nova actividade, passá-lo a limpo. Escrevemos então, no entusiasmo das primeiras horas desse enriquecimento, um longo relatório, que enviámos ao Sr. Presidente do Conselho, sobre o que nos parecia de urgente realização, desenho colorido da árvore de Natal do turismo português como então a imaginávamos. Algumas dessas ideias estão realizadas, outras em curso, outras em projecto, outras ficaram no tinteiro, no outro lado do espelho, no país das coisas que parecem impossíveis mas que apenas o são porque nem sempre se acredita na sua possibilidade.

Quais os obstáculos que se têm oposto à realização do nosso completo sonho? Porque não andámos tão depressa como desejaríamos? Porque desanimamos, às vezes, perante vícios e erros de origem que não conseguimos ainda vencer? Cremos que chegou o momento de os enunciar, claramente, sem demasiados comentários literários ou dispersivos, fugindo mesmo ao vago das grandes ideias gerais, para estabelecer a tábua dos pormenores essenciais a qualquer

programa mínimo, eficaz e urgente, de actividade turística. É possível que continuemos sem poder realizar a obra que julgamos necessária, neste importante sector, mas desejamos que ninguém duvide de que sabemos onde estão os males e como debelá-los. Faltam-nos, única e simplesmente, os meios de acção.

a) Estrutura e legislação — *Está provado, antes de mais nada, que a máquina não pode funcionar, ùtilmente, enquanto não forem revogados e substituídos alguns artigos do Código Administrativo que separam os órgãos locais de turismo do seu organismo central, tornando-os pràticamente dependentes das Câmaras Municipais que só, de longe em longe, os convocam, pois os consideram simples empecilhos, comissões* pintadas, *para Código ver, porque ninguém ignora que os orçamentos dessas comissões servem apenas para completar os orçamentos municipais. É muito fácil explicar o carácter turístico de qualquer despesa. Turístico pode ser tudo mas não seria então necessário criar comissões especiais para fingir delimitar o que não se delimita. Se há Câmaras, aliás, que conhecem e respeitam as fronteiras duma acção especialmente turística, a maioria não tem a mais leve preocupação a esse respeito e olha até, com maus olhos, as Comissões ou Juntas que têm a veleidade de ter obra ou programa próprio.*

O turismo tem-se transformado, assim, pouco a pouco, num grande bluff *pois as cartas que cada um tem na mão, ou julga ter na mão, não valem nada ou não valem aquilo que parecem. Única solução: libertar as Comissões de Turismo da tutela das Câmaras Municipais, sem prejuízo da colaboração estreita que*

lhes devem, ligando-as mais fortemente ao organismo central. Não faz sentido, por exemplo, que se desprestigie este organismo negando-lhe o direito, como aconteceu recentemente, com base discutível nos artigos do Código Administrativo, de pedir aos órgãos locais a colaboração material que nunca lhe deveria ser negada, ou posta em dúvida, para obras de interesse comum.

É para resolver esta dificuldade e outras que se impõe o Estatuto do Turismo, que tem de regular definitivamente as relações entre o organismo central e os seus instrumentos locais, criar unidade entre certas zonas que deveriam ajudar-se e não chocar-se nos seus interesses iguais, rever o critério com que são escolhidas e delimitadas, etc. Mas não se julgue que o Estatuto do Turismo pode resolver tudo. Além da necessária legislação complementar, é preciso criar um forte espírito de colaboração, não só entre o Secretariado e os órgãos locais, como entre o Secretariado e outros departamentos do Estado, dos quais precisa para poder realizar, eficazmente, a sua obra. É frequente serem os próprios órgãos do Estado que desconhecem o Secretariado, ou não lhe mandando certos projectos que lhe compete julgar, antes de qualquer outro organismo, ou não o consultando em questões que lhe estão particularmente afectas ou, entrando-lhe até, por vezes, em casa sem lhe pedir licença... Não há sequer má intenção ou incorrecção nesta ausência ou excesso de colaboração, mas aquela ausência de espírito coordenador que caracteriza ainda certos sectores da nossa vida pública, apesar do muito que se faz e talvez por isso mesmo, por aquela

velocidade adquirida que os leva a não respeitar certas actividades que, desta forma, se embaraçam, se desmoralizam e se paralisam.

b) Indústria Hoteleira — *Não são justos, mais uma vez o afirmamos, aqueles que negam o progresso da nossa indústria hoteleira nos últimos anos. Não vamos agora repetir os argumentos da reunião passada, nem citar, de novo, os hotéis que foram construídos ou renovados na última década. Bastará dizer que, de há um ano para cá, novos e excelentes estabelecimentos hoteleiros se têm inaugurado. Quer isto dizer que o problema da indústria esteja completamente resolvido? Seria afirmar demais. Há regiões, como Trás-os-Montes e certas zonas do Alentejo, que continuam inabitáveis turìsticamente e ainda não despertas por qualquer iniciativa local (o Estado não pode fazer tudo), pelo amor dos seus habitantes, dos seus homens ricos. Lisboa também ainda não possui (negócio evidente que os nossos capitalistas não querem ver) o seu grande Hotel-Clube, o seu autêntico Palace, aquecimento indispensável a uma grande cidade. Faltam-nos mais algumas Pousadas, Hotéis de montanha, Casas de Repouso, aqui e além. E ainda não apareceu, talvez até por nossa culpa, o primeiro «Casalinho».*

Mas não são apenas hotéis que nos faltam no desenvolvimento da nossa indústria hoteleira. Indispensável é também rever a nossa legislação na matéria e a desactualizada classificação de hotéis que não é bastante para abranger os variadíssimos tipos de hospedagem dos nossos dias. Entre um hotel de primeira e os de segunda classe, ou entre o de segunda e

os de terceira, há certas casas que escapam a qualquer dessas classificações. O mesmo entre as pensões das diferentes classes. Uma escola de hotelaria (os serviços dos nossos hotéis deixam, por vezes, muito a desejar) igualmente nos pareceria útil. Da mesma forma lutamos há muito pela instituição do Crédito Hoteleiro, sem o qual (as operações de crédito, isoladas e descoordenadas, não são suficientes) não será possível cobrir o País com todos os hotéis que consideramos indispensáveis à rede do nosso turismo.

c) Camionagem — *Problema grave que tem de ser resolvido urgentemente, seja como for. Torna-se inadmissível que não haja possibilidade de organizar, não sabemos porquê, circuitos turísticos em autocarros dentro de Lisboa ou dos grandes centros, ou até circuitos especiais como poderiam ser, por exemplo, o das Pousadas, o dos Castelos, o dos Mosteiros, o de Romarias, etc. Parece que há certa legislação ou certas concessões que o impedem. Não compreendemos. Ou se faz ou se deixa fazer. Contrariar, porém, a expansão turística e o conhecimento fácil das cidades, a penetração no País através de autocarros, parece-nos um retrocesso e um contrasenso. A circulação, através da camionagem, é a própria circulação de sangue do turismo. Paralisá-la é paralisar, consequentemente, o próprio turismo e o seu andamento* (1).

---

(1) Deve esclarecer-se que algum tempo depois desta exposição, com data de 31 de Dezembro de 1948, foi publicado no «Diário do Governo» o Regulamento de Transportes Automóveis.

BIBLIOTECA SECRETARIA COMÉRCIO E TURISMO

d) Vistos da Polícia e Administrativos — *A nossa Polícia é excelente e a ela devemos, em grande parte, a ordem de que gozamos. O Mundo anda cheio de* indesejáveis *e tudo quanto se faça para os manter a distância parece-nos acertado e sensato. Mas não haverá alguma coisa a fazer para abrir mais fàcilmente as portas aos* desejáveis, *àqueles que nos interessa que venham a Portugal? Também não se poderá fazer alguma coisa para facilitar, sobretudo nos aeroportos, os vistos administrativos? É possível que não, tanto mais que sabemos, por experiência própria, que criticar não é resolver. Fazemos apenas, tìmidamente, perguntas. Não nos atrevemos a dar as respostas* (1).

e) Zonas especiais de turismo — *No mapa do nosso turismo há algumas zonas que convém cuidar, como cartazes especiais: Lisboa, capital natural do turismo português, que já está, aliás, merecendo cuidados, nesse aspecto, ao actual presidente da Câmara; Porto, capital do turismo do Norte; Sintra, a nossa maravilhosa Sintra; Serra da Estrela (uma Serra de Estrela e não diferentes e antagónicas Serras da Estrela); o pequeno país do vinho do Porto; a Costa do Sol que não é apenas o Estoril; todo o Algarve (e não este ou aquele Algarve), «empolgante folhetim da terra portuguesa», como lhe chamámos algures. É preciso também não esquecer o turismo insular e o turismo, ainda por desbravar, do nosso Império Colonial.*

---

(1) Já esta brochura se encontrava no prelo quando foi decretada a abolição dos vistos administrativos em casos de reciprocidade.

f) Conforto, higiene, pitoresco e arte — *Juntamos, propositadamente, estas quatro palavras (a última deveria ser a primeira se não fosse o carácter desta exposição), condições indispensáveis a um país que deseja contar com o seu turismo como fonte de riqueza e de poesia. Sem conforto (conforto na fronteira, na estrada, no caminho de ferro, no hotel) não há optimismo nem boas impressões possíveis. Todas as críticas são duras com fronteiras duras, estradas duras, assentos duros, camas duras. Sem higiene não há limpeza na própria visão das coisas. As moscas, as nódoas nas toalhas, a farrapagem dos mendigos, são inimigos da alegria de viver, sujam, irremediàvelmente, os olhos dos turistas... O pitoresco, por sua vez, é uma grande atracção, um dos maiores estímulos para viajar, o apelo do desconhecido. Cuidar, pois, cada vez mais, da conservação do grupo regional que seja autêntico e não discípulo do Parque Mayer, da doçaria que faça, realmente, a boca doce, do artesanato, etc.*

Quanto à arte, é também, se pensarmos bem, uma grande arma turística, sobretudo nos grandes centros ou capitais de distrito: o grande museu ou o pequeno museu regional, o monumento bem sinalizado e bem mostrado, com bons guias e sem chusmas de mendigos a pedir esmola (impõe-se a criação duma polícia turística), os espectáculos de classe, temporadas certas de música, de ópera, de bailados, sobretudo em Lisboa e no Porto. O Ballet *«Verde-Gaio», que tivestes ocasião de ver em S. Carlos, não é apenas uma manifestação de arte, é também uma grande arma de turismo se for compreendida dentro do País e*

puder sair de Portugal... até para que Portugal acredite nela.

Mais algumas sugestões dentro e fora deste capítulo: realizações de festas anuais da cidade, em Lisboa e no Porto, como já se têm realizado, o calendário das nossas típicas festas e romarias, com boa propaganda internacional, campanhas a favor da nossa cozinha regional (cada país tem o seu paladar, o seu gosto, como tem as suas paisagens e os seus costumes próprios), cuidado minucioso, como na Suíça, no arranjo das tabuletas das fachadas, no florir das janelas e dos candeeiros de iluminação pública, etc. Tudo isto e muito mais, tudo quanto seja arranjar e pôr flores nas jarras, é turismo e bom turismo.

g) Agências de viagens — *Achamos necessário, urgentíssimo* revitalizar, *como agência central de turismo para a Europa, a Casa de Portugal em Paris, situada num dos melhores locais daquela grande encruzilhada de todos os caminhos do Velho Mundo. Essa Casa, que podia ser uma janela utilíssima de Portugal na Europa, foi um grande centro de vida antes da guerra e nela passámos muitas horas, trabalhámos muito. Urge acordá-la do seu sono. Animar, da mesma forma, as Casas de Portugal em Londres e em Nova Iorque. Outras Casas de Portugal, ou simples agências de viagens, se impõem, por exemplo, no Rio de Janeiro, em Buenos Aires, na Bélgica, na Suíça, possìvelmente em Espanha. Estimular ou ajudar a criação de restaurantes portugueses nos principais centros da Europa e da América também nos parece um excelente meio de propaganda turística*

externa. O apetite dos países também se cria através do apetite da sua cozinha...

h) Propaganda — *Este é um capítulo importante no qual nos vamos alongar um pouco mais. Queixam-se, às vezes, os organismos interessados, ou até os portugueses que vão ao estrangeiro, de que não se faz propaganda bastante das nossas belezas turísticas, de que raramente se encontram brochuras ou cartazes nossos nas agências de viagens, nos hotéis, nos próprios Consulados. E no entanto, uma parte substancial do orçamento do S. N. I. é gasto em publicações que logo desaparecem como fumo. Como explicar tal contradição, essa constante fabricação e desaparição da nossa propaganda? A explicação é muito simples mas é preciso dá-la. As coisas gráficas em Portugal, são especialmente caras e os nossos limitados recursos não nos permitem fazer edições de mais de dez mil, o máximo vinte mil exemplares de cada brochura ou cartaz. Parecem grandes edições perante a nossa mediania. Distribuídas em todo o Portugal e em todo o Mundo são como gotas de água no oceano, tornam-se edições íntimas, confidenciais. Os estrangeiros que as alcançam são os primeiros a considerá-las modelares mas infelizmente não podem ter a eficiência desejada e necessária, atendendo ao ridículo das suas tiragens. O problema é grave e só pode ser resolvido, quanto a nós, da seguinte forma: a reunião de esforços de todos os organismos interessados na expansão do nosso turismo, na contribuição de cada um deles para um fundo comum de publicações, orientado e administrado pelo Secretariado. Tudo quanto não seja isto será falar, protestar e criticar inùtilmente.*

Fazemos o mais que podemos: não podemos, portanto, fazer mais...

Quanto à propaganda gráfica realizada pelas Comissões de Turismo e Juntas de Turismo ela é, com raras excepções, lamentável, de um primarismo aflitivo. Convém uniformizá-la, dentro da variedade de temas, e entregá-la com a verba competente, salvo circunstâncias excepcionais, ao Secretariado. Indispensável também, que se editem boas colecções de postais para cada zona, que se fomente e oriente a produção de artigos regionais, de objectos de arte popular, dos quais os turistas são tão esfomeados (sabemo-lo por experiência própria) como dum bom prato ou dum bom doce regional. O turista é um ingénuo aventureiro, *um ingénuo* descobridor *do que já foi feito para ele descobrir!*

i) Verbas — *Um amigo nosso costuma às vezes dizer-nos, com irreverência inofensiva, quando quer explicar a dificuldade de pôr em marcha esta ou aquela iniciativa: «Ao princípio era a verba...» O mesmo podemos dizer. O Governo, dentro da modéstia dos nossos recursos, tem feito o possível para melhorar o orçamento de turismo do S. N. I. Mas estamos, infelizmente, muito longe do indispensável à realização dum vasto plano de actividade turística. Queixam-se as Comissões e Juntas de que não as visitamos mais frequentemente? Têm razão. Queixam-se de que não lhes mandamos os técnicos que nos pedem e lhes prometemos? Têm razão. Queixam-se de que não subsidiamos certas iniciativas turísticas de interesse geral como, por exemplo, a de uma Escola Hoteleira? Têm razão. Queixam-se os hotéis de que não lhes manda-*

mos, às vezes, a tempo, as tabelas de preços? Têm razão. Mas o importante é não esquecer que a maioria dessas deficiências de ordem burocrática são devidas, à parte certas negligências condenáveis, à falta de pessoal e de verbas, à falta de óleo, portanto.

Os orçamentos oficiais do turismo da Suíça, da França e até da nossa vizinha Espanha, são fabulosos ao pé do nosso: milhares e milhares de contos que os dirigentes do turismo desses países ainda acham insuficientes para as suas necessidades indispensáveis. Nós temos tido, até agora, dois mil e tantos contos anuais para toda a obra de turismo. Parecerá muito aos que estão longe do assunto e lhes cheira a desperdício tudo quanto passa de mil contos. Mas os que sabem, *os que lidam com esta matéria compreendem muito bem que tal quantia mal chega para os alfinetes do turismo...*

Não nos lamentámos, explicámos. Compreendemos admiràvelmente as dificuldades dum país pobre e onde tudo o que, injustamente parece sumptuário se considera imoral. Nem desanimamos. Com o nosso pouco *temos de fazer, se não muito,* alguma coisa. *Tivestes ocasião de visitar, de novo, Lisboa e o seu esplendor actual, síntese do nosso ressurgimento. Pudestes admirar, outra vez, algumas obras que ficarão a testemunhar, através dos séculos o que foi a época de Salazar em que, felizmente, com pouco dinheiro mas com grande alma, se conseguiu transformar uma Nação empobrecida numa Nação prestigiada e digna. O mesmo exemplo devemos seguir, meus senhores, no capítulo que nos interessa, no capítulo do turismo. Estivestes no Museu de Arte*

Popular, grande realização etnográfica mas também de turismo, assististes a um espectáculo do «Verde-Gaio», a Arte Popular feita simplesmente Arte, outra realização de elevado turismo. Não pode, pois, dizer-se que o Secretariado Nacional da Informação, seja um organismo indiferente à valorização do País, ao seu grande cartaz. Nem precisamos de grandes orçamentos para continuar a desenvolver a nossa obra. Com mais algum dinheiro, sem dúvida, mas sobretudo com maior coordenação e compreensão, nós poderemos ou poderíamos fazer o necessário, pois sabemos exactamente onde estão as deficiências e o que convém fazer, como julgamos ter provado neste já longo documento. Por agora, ficaremos satisfeitos, alegres, se levardes, para as vossas províncias, a certeza de que neste Portugal renascido não há nada a mudar pois basta continuar e sem admitir nunca, nunca, voltar para trás! (1).

---

(1) Esta exposição que serve de introdução à presente brochura, foi lida aos dirigentes das Juntas e Comissões de Turismo, no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo em 11 de Outubro de 1948.

BOAS-VINDAS

POSTO DE PROPAGANDA EM VILAR FORMOSO, INAUGURADO PELO S. P. N. EM 19 DE NOVEMBRO DE 1939

Na nossa época sombria, desconfiada, em que os homens se cumprimentam só para se medirem de alto a baixo, as fronteiras dos países, sejam ou não beligerantes, são portas carrancudas, hostis, que não nos convidam a entrar mas a passar de largo... Não é de hoje, aliás, esse errado preconceito da fronteira com cara de poucos amigos, a fronteira de arame farpado. Já antes da guerra, apesar dos papéis em regra e das bagagens completamente inocentes, era com temor que os viajantes se acercavam das fronteiras de qualquer país onde esperavam encontrar, pelo menos, vexames e demoras. Longe de mim a ideia de considerar inúteis certas medidas de elementar precaução que formam o necessário dique à onda de indesejáveis que constitui, hoje, um perigo sério para todas as nações de bem...

Compreensível, indispensável, da mesma forma, a cuidadosa fiscalização aduaneira que procura defender, legìtimamente, a indústria e o comércio daqueles países que se esforçam por se bastar a si próprios. Mas todas essas necessárias medidas pe-

dem uma grande maleabilidade na sua aplicação. O cuidado, a firmeza, a própria severidade, que reconheço como indispensáveis até nas fronteiras pacíficas, não excluem, não devem excluir, a delicadeza, as boas maneiras, o sorriso...

O sorriso! Eis qual deveria ser a palavra de ordem para as fronteiras dos países amáveis, calmos, dos países que são refúgios. Quando o viajante fatigado, mal humorado, mal dormido, sujo, chega à fronteira desses países deve sentir uma impressão de leveza, de tranquilidade edénica, de mundo novo. Na afabilidade de quem lhe pede o passaporte, de quem lhe revista as malas com luvas brancas... e de luva branca, de quem o serve ao almoço, deve sentir que chegou a um país diferente, onde tudo é mais fácil, onde a vida escorrega, sem asperezas nem inquietações. A viagem ou o que pode haver de penoso na viagem a esses países deve terminar, por assim dizer, nas suas fronteiras. O que falta ainda para chegar à capital, ou a qualquer outra cidade, é conveniente passar-se já numa atmosfera de sonho, de encantamento, na capa tentadora, sugestiva do país visitado... Toda a paisagem, humanizada nos rostos abertos, sorridentes, dos funcionários fronteiriços, deve correr para o viajante, abraçá-lo, conduzi-lo, quase sem ele dar por isso, como num voo subtil, ao ponto do seu destino...

É o momento de dizer, por fácil sentimento de justiça, que estas considerações soam talvez a descabidas, inúteis, porque as fronteiras portuguesas são precisamente das mais amáveis do mundo. O lugar que exerço, óptimo posto de observação para

avaliar do clima das nossas fronteiras, autoriza-me a afirmar que nenhum país nos excede, no sentimento das boas-vindas, na correcção, na gentileza, na solicitude. São expressivos os elogios que oiço, todos os dias, aos convidados do S. P. N. e a outros estrangeiros, sobre a forma como são recebidos nas nossas fronteiras, nesta sobretudo, por onde se faz agora o maior tráfego. A nossa Polícia Internacional, os nossos funcionários alfandegários, a nossa Guarda Fiscal, têm sabido compreender, efectivamente, em especial nos últimos tempos, que uma fronteira não é um lugar de suplício, de torturas, mas uma risonha sala de visitas onde os estrangeiros aguardam a ocasião, com a possível comodidade, de serem recebidos pelos donos da casa...

Mas nós atravessamos uma hora de ressurgimento em que se deve fazer sempre *mais e melhor*. Se Portugal, nobremente, não tenta sequer fazer negócios com esta nova grande guerra, não deve porém repelir algumas vantagens que a sua neutralidade lhe oferece. Entre estas avulta, como primeira, a de estarmos sendo olhados, por toda a parte, como uma zona de refúgio, de paz, como o verdadeiro oásis da Europa atormentada, devastada... Se consolidarmos essa impressão, se soubermos receber bem, logo no vestíbulo, os que nos baterem à porta, teremos realizado, aproveitando esta rara oportunidade, uma obra séria de turismo e uma obra indiscutível de boa propaganda nacional.

Eis as razões que nos levam a inaugurar hoje este posto fronteiriço de propaganda, o primeiro duma iniciativa que, no próximo ano, se desenvolverá

e frutificará. Qual a função destes Postos? Qual o seu principal objectivo? Tornar ainda mais sorridentes, mais amáveis, mais acolhedoras, se possível, as nossas fronteiras. Materializar e espiritualizar as boas-vindas aos turistas estrangeiros, aos próprios portugueses que regressam ao seu país, através duma pequena lembrança, da visão dum trajo regional, do simples desabrochar dum sorriso feminino...

Coisa pouca, sem dúvida, mas bastante para olhos que vêm sedentos, esfomeados de beleza. O comboio pára; uma forma gentil, embrulhada na própria terra portuguesa, aproxima-se, sobe às carruagens, enche de graça e de perfume rústico os corredores monótonos do comboio de luxo. A dois passos, para quem puder descansar e quiser mergulhar seus olhos na infinita poesia da arte popular portuguesa, o nosso posto de propaganda graciosamente decorado e mobilado por Paulo.

Acabei de reler, precisamente, há poucos dias, «A Cidade e as Serras», de Eça de Queiroz, onde encontrei, na seguinte página, que não resisto a ler-lhes, o que pode considerar-se a essência, razão íntima dos nossos postos fronteiriços. Jacinto, que desconhecia inteiramente a sua Pátria, e o seu amigo José Fernandes regressam a Portugal depois duma viagem tormentosa através de terras de Espanha e França. Fala José Fernandes:

«Depois, muito tarde e muito longe, percebi junto do meu catre, na claridadezinha da manhã, coada pelas cortinas verdes, uma fardeta, um boné, que murmuravam baixinho com imensa doçura:

— V. Ex.as não têm nada a declarar?... Não há malinhas de mão?...

Era a minha terra! Murmurei baixinho com imensa ternura:

— Não temos aqui nada... Pergunte V. Ex.a pelo Grilo... Aí atrás, num compartimento... Ele tem as chaves, tem tudo... É o Grilo...

A fardeta desapareceu, sem rumor, como sombra benéfica. E eu readormeci com o pensamento em Guiães, onde a tia Vicência, atarefada, de lenço branco cruzado no peito, decerto já preparava o leitão.

Acordei envolto num largo e doce silêncio. Era uma estação muito sossegada, muito varrida, com rosinhas brancas trepando pelas paredes — e outras rosas em moitas, num jardim, onde um tanquezinho abafado de limos dormia sob duas mimosas em flor que rescendiam. Um moço pálido, de paletot *cor de mel, vergando a bengalinha contra o chão, contemplava pensativamente o comboio. Agachada rente à grade da horta, uma velha, diante da sua cesta de ovos, contava moedas de cobre no regaço. Sobre o telhado secavam abóboras. Por cima rebrilhava o profundo, rico e macio azul de que meus olhos andavam aguados.*

Sacudi violentamente Jacinto:

— Acorda, homem, que estás na tua terra!

Ele desembrulhou os pés do meu paletot, *cofiou o bigode, e veio sem pressa, à vidraça que eu abrira, conhecer a sua terra.*

— Então é Portugal, hein?... Cheira bem.

— Está claro que cheira bem, animal!»

É precisamente este bom cheiro da terra portuguesa, «cheiro do céu» como diz ainda Eça de Queiroz no mesmo livro algumas páginas adiante, que os postos fronteiriços do S. P. N. se propõem avivar, conservar. Desmedida ambição, sem dúvida, se não fôssemos auxiliados pelo perfume natural da nossa terra, pela bondade espontânea da nossa gente... As flores já existem. O nosso trabalho limitar-se-á, portanto, a colhê-las e a preparar simplesmente os ramos que oferecemos.

Resta-me agradecer à Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, à Direcção Geral das Alfândegas, à Polícia Internacional, à Guarda Fiscal, a todo o pessoal desta Estação de Vilar Formoso, o grande auxílio que nos prestaram na instalação do nosso primeiro posto. Gostaria de lhes agradecer duma forma que não lhes deixasse a mais leve dúvida sobre a minha gratidão. Infelizmente, porém, só tenho este recurso: considerá-los viajantes dentro da sua própria estação, passageiros dum comboio ideal, e oferecer-lhes, como se fossem turistas, as nossas primeiras lembranças, as nossas primeiras flores... (1).

---

(1) Palavras pronunciadas, em 19 de Novembro de 1939, na inauguração do Posto de Turismo de Vilar Formoso.

A PALAVRA TURISMO...

REUNIÃO NO S. P. N. DOS MEMBROS DAS COMISSÕES MUNICIPAIS DO TURISMO EM 13 DE FEVEREIRO DE 1940

A dificuldade do problema do turismo em Portugal, ou em qualquer outro país, principia na aparente frivolidade do seu nome. É que a palavra turismo, festiva e despreocupada, lembra sempre, a ideia de passeio, de fútil viagem, de gasto supérfluo, de perda de tempo. Esta impressão imponderável, simultâneamente justa e injusta, é assim a causadora de nem sempre tomarmos a sério o problema do turismo que deveria fazer parte do primeiro plano das grandes preocupações nacionais. Quem desejar, portanto, valorizar o problema, tem de libertar, antes de mais nada, a palavra turismo da sua falsa indumentária de ociosidade e luxo, convencendo os incrédulos, os cépticos, das suas vantagens, talvez escondidas mas sólidas e profundas.

Tarefa relativamente fácil, aliás, se quisermos meditar alguns minutos sobre os vários aspectos do problema. O turismo constitui, em primeiro lugar, uma indústria importante, que não pode deixar de ser nacional pois é função das condições naturais do país em que se desenvolve. Poderiam fazer-se automó-

veis Ford em Portugal. O que nunca poderá fazer-se é Turismo Português... na América.

O nacionalismo essencial, inevitável, dessa indústria, justifica, só por si, o seu excepcional interesse. É uma indústria que, na sua evolução, só pode favorecer Portugal e os Portugueses. Mas podendo ser um factor de riqueza para as empresas particulares que a exploram e para as terras onde se desenvolve ou venha a desenvolver-se, pode ser igualmente uma grande fonte de riqueza para o próprio Estado, industrial do turismo por outros caminhos, não pelas taxas mínimas que percebe mas pelas entradas de oiro que a sua acção inteligente pode abrir. O turista puro — não o esqueçamos! — é o único estrangeiro que não vem a Portugal buscar dinheiro mas deixar dinheiro. Não é demais relembrar que o turismo foi durante muitos anos — e ainda é hoje — uma das maiores receitas da Itália, da Suíça e da Holanda. E não foi ao acaso, nem por simples desperdício, que a França, em tempo de guerra, elevou o seu orçamento de turismo de oito, para catorze milhões de francos.

Mas estes são, afinal, os aspectos materiais do problema, os mais banais, os mais conhecidos, mas não, de momento, os que nos interessam. Se o turismo é um problema sério, e não um simples passatempo, é porque está ligado, directa ou indirectamente, a quase todos os problemas nacionais, contorno indispensável da nossa renovação, seu necessário acabamento. O turismo perde assim o seu carácter de pequena e frívola indústria para desempenhar o altíssimo papel de encenador e decorador da própria Nação. É que todas as obras públicas resultarão

apagadas, frias, inexpressivas, se não forem animadas pelo turismo, pela graça feminina do turismo. O mais belo palácio pode repelir-nos se não tiver flores, por toda a parte, a iluminá-lo. Ora o turismo, precisamente, é o grande jardim do progresso moderno.

Provado fica, sumàriamente, que depende, em grande parte, deste problema, o apuramento, a valorização de toda a obra nacional. Mas ajudando essa obra, o turismo constitui, em si mesmo, uma obra profunda de higiene e de bom-gosto, uma divulgação de gestos e princípios indispensáveis à elevação artística e espiritual de cada povo. Mais ainda. O prestígio internacional duma nação é consequência, em certos aspectos, da sua organização de turismo. Não tenhamos ilusões! O turista estrangeiro, salvo aquelas excepções que felizmente nos têm batido à porta, interessa-se menos pelos problemas de ordem económica, política, do país visitado, do que se preocupa com as comodidades que esse país lhe oferece: a boa cama, a boa comida, o conforto não luxuoso mas suficiente, o pitoresco para lhe entreter a imaginação, o bom-gosto para lhe alimentar o espírito. Atendidas estas condições mínimas, com melhor disposição se resolverá a admirar tudo o mais: a história, as ideias, as instituições, os monumentos. O turismo, é portanto, além dum indiscutível factor de riqueza e de civilização, um meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política.

Reabilitada a palavra turismo (lamento não ter tempo hoje para levar mais longe essa reabilitação),

Antologia de todas as paisagens...

chegou o momento de afirmar que o turismo, com todas essas virtudes milagrosas, é a sorte grande de Portugal, mas uma sorte grande que ainda não quisemos — talvez prudentemente — rebater. O nosso país é, de facto, todo ele, uma impressionante exposição de turismo nacional. Se amanhã alguém pretendesse construir, numa grande maqueta, o país ideal do — turismo, não teria mais do que realizar o diorama pitoresco de Portugal. Nada nos falta: vales que são como cestos de flores e de frutos, montanhas que se prolongam no céu; a renda do nosso litoral; florestas encantadas onde podemos topar, de repente, com a «Belle au bois dormant»; rios e lagos onde se colhem peixes como se colhem flores. Portugal, antologia de todas as paisagens: paisagens risonhas, coloridas como tapetes de retalhos, paisagens escalvadas, duras, abismos, paisagens suaves, impregnadas de saudade, *onde se está com a impressão de ainda não ter chegado*, paisagens humanas, sobre-humanas, paisagens que parecem do outro mundo ou de outros mundos. Dando unidade a todos estes países diferentes dentro do mesmo país, uma vida puramente nacional, dum alto pitoresco, em cores fortes e sólidas, e, acima de tudo, um povo admirável, aristocrata por instinto, que pode às vezes não saber ler mas que sente e entende como poucos.

Têm visto esses cartazes fantasistas, berrantes, colocados nas agências de viagens para seduzir os turistas? Diante deles tem-se, quando bem feitos, uma impressão de irrealidade, de sonho, de aventura impossível. Pois os cartazes sobre Portugal são quase sempre falhados, pobres, porque ficam, em geral,

aquém da realidade. Nós somos o nosso próprio cartaz, a nossa própria fotografia, o nosso próprio documentário. De todos os países se pode ter uma ideia aproximada através dum filme, dum livro, duma simples imagem. Portugal vive em si próprio, exclusivamente em si próprio.

Há um imponderável, um halo de vida sonhada que não se pode transmitir nem definir. Como certos perfumes de marcas célebres, que só podem ser adquiridos em determinados lugares, o perfume de Portugal, inimitável, só em Portugal pode ser sentido e aspirado. O nosso turismo, meus senhores, não tem concorrentes. Pode-se ir à Holanda ficando na Bélgica. Pode-se ir a Marrocos ficando na Andaluzia. Mas para vir a Portugal não há ilusões que valham: é preciso, de facto, vir a Portugal.

Alicerces

Porque não temos então avançado mais neste capítulo se a Natureza nos deu tudo quanto é necessário para fazer turismo? «Por culpa do Governo», é a resposta fácil, preguiçosa, dos eternos descontentes que se desculpam, em geral, da sua inacção irremediável acusando de indolência ou de incompetência os que fazem ou tentam fazer alguma coisa. Ficaria assim o assunto arrumado e todos poderiam deixar cair de novo os braços, à espera de que o Governo fizesse... o que já fez! Mas não! Em matéria de turismo, sem que talvez os próprios interessados se tenham apercebido, os homens novos que nos governam têm vindo a realizar lentamente, sem espalhafato, uma obra notável, monumental.

Depois de ter resolvido o problema da ordem pública (não se faz turismo sobre vulcões), depois de

ter acabado com o espantalho das revoluções que afastava de nós todos os estrangeiros, o Governo do Estado Novo empreendeu uma extraordinária obra de fomento que foi, pouco a pouco, desbravando o terreno das nossas possibilidades turísticas. Construiu-se, desta forma, primeiramente, a nossa magnífica rede de estradas (por onde haviam de passar os viajantes?); restauraram-se os monumentos nacionais, matéria prima do turismo; construíram-se portos; melhorou-se o país de norte a sul, arrumando, limpando, embelezando, quase todas as cidades e vilas; fundou-se por fim o S. P. N. que ajudou a restabelecer o nosso prestígio nacional, convidando os estrangeiros a verificar, com os seus próprios olhos, a nossa ressurreição.

Estas e muitas outras (tudo o que interessa ao progresso da Nação interessa ao turismo) são as obras já realizadas, indiscutíveis. Mas há mais. Há tudo quanto está em vias de concluir-se e que se relaciona vivamente, directamente, com o problema que nos ocupa. Pois não é a estrada marginal Lisboa-Cascais uma empolgante obra de turismo? E as gares marítimas? E o aeroporto? E as entradas da cidade? E as obras do Teatro de S. Carlos? E as Pousadas? Difícil, impossível de afirmar que o Estado Novo descurou ou ignorou o problema do turismo.

Não! O que fez, e muito bem, foi cuidar, antes de mais nada, dos alicerces, foi criar aquelas condições materiais mínimas em que se tornasse possível fazer turismo em Portugal. Sem estradas, sem portos, sem gares, sem hotéis, sem monumentos

nacionais em estado de ser visitados, pensar em turismo era tão inglório, tão inútil, como pensar em ir a Nova York em vinte e quatro horas antes de existir o «Clipper»...

É também por estas mesmas razões que não eram justas as críticas que se faziam, por vezes, ao antigo Conselho Nacional do Turismo, dirigido, como o actual, pelo Sr. Brigadeiro Silveira e Castro, homem de acção e de espírito que muito estimo e admiro. Ainda não criadas as condições necessárias para a realização dum programa útil de turismo, o C. N. T. fez o máximo que podia fazer na fase em que encontrou o problema. Foi acompanhando o assunto, com prudência e bom-senso, e aproveitou, pelo menos, a sua influência, para pôr um pouco de ordem e disciplina no regime hoteleiro.

Agora, sim, agora podemos começar a fazer turismo, podemos imediatamente enfrentar o problema e estudá-lo a valer. É, por isso, por ter chegado essa oportunidade, que o Secretariado da Propaganda Nacional, organismo para o qual transitaram os Serviços do Turismo, tem hoje o prazer de receber a vossa visita. É que sem vós, sem a vossa colaboração, a vossa boa vontade, o vosso entusiasmo, nada se poderia fazer de útil nem de rápido.

Unidade

Se nos compreendermos, como espero, se percebermos que a nossa finalidade é comum, poderemos realizar uma grande obra, transformar Portugal, em poucos anos, no país *número 1* do turismo, numa Suíça com menos encenação, mais rústica. O país metropolitano não é grande e não será difícil, com método e paciência, ir retocando, pouco a pouco, a

sua fachada, dando-lhe a tonalidade, a graça e a frescura duma aguarela viva.

Mas, para isso, — e é esta a razão principal por que lhes pedi para virem aqui — uma condição se torna indispensável: unidade. Sem unidade, sem que o país turìsticamente seja concebido como um grande desenho, com as suas diferenciações naturais, todos os esforços serão inúteis. O que prejudica certas iniciativas que se prendem com a nossa evolução, é o demónio do individualismo, que existe quase sempre em nós, sem darmos por isso. Assim, sem querer, quase todos nos julgamos ofendidos, diminuídos, se tivermos de nos sujeitar a uma orientação geral mas sem a qual — creiam-me! — não pode haver conjunto nem harmonia. E na matéria que nos interessa, notàvelmente, essa unidade impõe-se. Qualquer plano de turismo tem de obedecer a estas condições mínimas: higiene, conforto sem luxo, pitoresco sem artifício, bom-gosto, boas maneiras. Ora para se obter a tangente destas condições mínimas por todo o país, necessário se torna criar regras, imprimir directrizes, estabelecer padrões.

É preciso igualmente não haver excessivo espírito bairrista nas questões de turismo. Ao viajante que nos procura não lhe interessa que a estância A ou a praia B sejam maravilhosas, enquanto a estância C ou a praia D se manifestam num lamentável atraso. O que pode acontecer, desta forma, é ele nem vir a conhecer as maravilhas desses raros lugares paradisíacos... por desanimar antes de chegar lá. O que é preciso, portanto, é manter o País todo, de norte a sul, num bom nível turístico. O viajante

esquece quase sempre os nomes das povoações por onde passou e que, de momento, lhe agradaram especialmente. Mas o que lhe lembrará sempre, se a impressão geral for boa, é o nome de Portugal. E então voltará.

Combate ao amadorismo

Não desejo, porém, coarctar-vos, de qualquer forma, a vossa liberdade de movimentos. Sei, por experiência própria, as vantagens de certa autonomia, de certa independência na acção. Só faz alguma coisa quem tenha certa liberdade para agir. Mas a vossa autonomia, que não só desejo conservar como reforçar, não deve impedir uma colaboração cada vez mais estreita entre o organismo central do turismo e os seus naturais agentes na província. Há assuntos que, na verdade, convém centralizar com urgência, em benefício dos próprios organismos locais. Assim, o assunto das brochuras de propaganda que não pode continuar à mercê dos artistas de acaso ou de tipografias de fracos recursos gráficos. Um dos segredos do turismo suíço, por exemplo, é o seu excelente material gráfico, só conseguido através duma perfeita unidade e dum impecável bom-gosto.

É preciso também evitar, de ora-avante, os arquitectos e pintores amadores que vêm fazer habilidades para os largos das cidades ou das vilas com o simples diploma de já terem construído uns murozitos nuns quintalórios ou de terem pintado, para salas de visitas, uns quadrinhos bucólicos e familiares. Na província, aqui e além, há verdadeiros artistas que, bem dirigidos, podem fazer obra que interesse. Mas quando os não haja, o S. P. N. terá

sempre muito prazer em pôr à vossa disposição artistas e arquitectos de reconhecido valor que executarão as vossas ideias. O que não podemos continuar, de modo algum — e estou certo de que estão de acordo comigo — é no reino do *bonitinho* e do *mimoso*.

Sei muito bem quanto o turismo já vos deve. Conheço a dedicação de certas pessoas aqui presentes pelas terras onde nasceram ou onde fizeram a sua vida. Sei que o progresso de certas vilas e cidades de Portugal está ligado inteiramente aos nomes de alguns de vós. Posso afirmar que sois os pioneiros do turismo em Portugal, os seus heróis, por vezes. Mas se o País já vos deve muito, ainda mais vos deverá quando marcharmos todos unidos, quando Portugal for um quadro em que se sinta, através da variedade das suas tintas, a mão dum só pintor.

A acção resolve tudo

Não se julgue que estou sonhando impossíveis. A inércia é o desalento, a morte. Mas a acção é a vida. A acção resolve tudo. O que nos parecia distante, inacessível, logo se nos afigura fácil, possível, quando principiamos a trabalhar, quando o pensamento começa a tomar forma. Juntos, todos unidos como uma grande família, estou certo de que faremos uma grande obra. Separados, faremos apenas ruínas...

Trabalhemos, portanto, com fé, com entusiasmo, com patriotismo, certos de que nos cabe uma parte importante na obra de reconstrução nacional. Não será possìvelmente a mais profunda, a mais difícil, mas é com certeza a mais bela porque está ìntimamente ligada à fisionomia da Pátria! Do nosso esforço, da nossa inteligência, da nossa vontade, fica

dependendo Portugal ser ou não um país sorridente, amável, convidativo! Pesada mas agradável responsabilidade que aceito, que aceitamos todos (1).

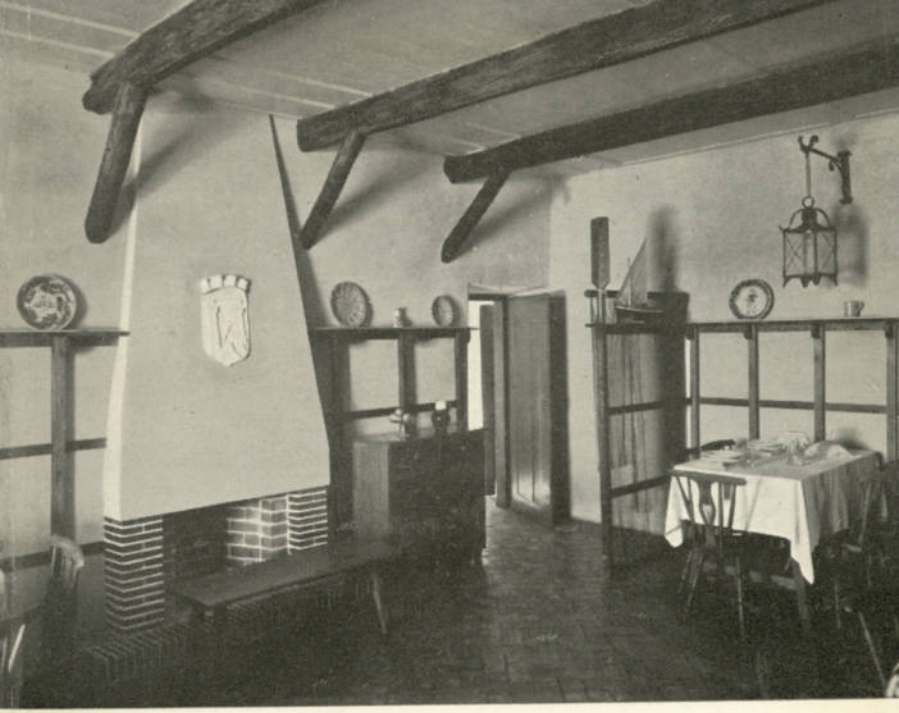
Mãos à obra, portanto! Acima de tudo, de todas as dificuldades, de todos os atritos, de todas as contigências, sejamos optimistas, teimosos optimistas! O principal mal da nossa raça, que não viveu impunemente oito séculos de história, são certas vagas de pessimismo, de derrotismo, que nos acometem de quando em quando, não se sabe bem porquê. Povo perigosamente inquieto, ou perigosamente quieto, que se fatiga do próprio sossego, sentimos, de tempos a tempos, a atracção do abismo, a ânsia estúpida de deitar tudo a perder. Felizmente que tais vagas duram pouco e logo retomamos com mais alento, com mais entusiasmo, a curva da nossa evolução. É preciso, no entanto, combater, cada vez mais, nos outros e em nós próprios, essa tendência nefasta para a melancolia, para o desânimo, essas pausas que nos gastam inùtilmente os nervos, que podem atrasar o nosso ressurgimento. Só temos razões, afinal, para nos sentirmos altivos, orgulhosos, no momento que passa. O nosso país é olhado, por toda a parte, como um modelo de administração e de paz digna. Salazar, bom comandante, conseguiu levar-nos, em plena

---

(1) Discurso pronunciado, na sede do S. P. N., em 13 de Fevereiro de 1940, diante dos representantes das Juntas e Comissões de Turismo.

tempestade, a porto seguro. Que mais queremos? Que mais podemos querer? O mundo inteiro confia hoje em Portugal, na beleza e nobreza do seu exemplo. Que Portugal, meus senhores, mostrando-se digno dessa confiança, confie em si próprio!

A ESTALAGEM DO LIDADOR



UM ASPECTO DA CASA DE JANTAR DA «ESTALAGEM DO LIDADOR», EM ÓBIDOS

«Não há turismo possível sem bons hotéis», afirma-se constantemente nos jornais, nas conversas, nos congressos da especialidade. A esta banal mas justa afirmação respondem os hoteleiros com a desculpa de não introduzirem os indispensáveis melhoramentos nas suas instalações por falta de clientes e por nunca terem sentido, nos seus hóspedes habituais, qualquer exigência, por modesta que seja. Erro lamentável. Se a maioria desses hotéis se encontra em crise não é apenas pelas dificuldades indiscutíveis do momento mas porque os seus proprietários não souberam ou não puderam acompanhar o progresso internacional da sua indústria, progresso que não envolve luxo mas dogmática higiene e simples bom-gosto. Arejem as suas cozinhas, instalem casas de banho que não sejam para a vista, uniformizem com limpeza os seus criados, declarem guerra aos *napperons*, aos solitários, às colunas com bustos ou plantas, aos bronzes artísticos, às mobílias tristes com laboriosos torneados, e logo sentirão melhorar a sua clientela em número e em qualidade.

Mas é também erro grave — não menor do que o erro dos hoteleiros — sonhar com *hotéis* sumptuosos, com uma chuva de «Negrescos» ou de «Palaces». Nada pior do que o falso *Palace* com o seu *hall* cheio de cadeiras de verga e de catitas decorações feitas pelo artista prodígio da pequena cidade ou da grande vila. Os criados andam sempre condecorados de nódoas. As camas desconjuntadas são verdadeiras contorcionistas. A electricidade, a pestanejar, está sempre com sono. A água quente é muito fria. A água fria é muito quente. Mas as letras da tabuleta exterior, pomposas e repolhudas, indiferentes a todas estas mazelas e deficiências, continuam a afirmar-nos que estamos opulentamente hospedados no Palace Hotel de Sarilhos-de-Cima ou de Sarilhos-de-Baixo...

Não! Guerra aos falsos e pretensiosos «Palaces»! Exceptuando os grandes centros, do que precisamos, do que a nossa paisagem precisa, é de simples pousadas, ou de estalagens, muito claras, muito limpas, confortáveis mas sem luxo, construídas e arranjadas ao gosto de cada região, simples floração da vida e dos costumes das províncias onde se encontrem. Boas camas, boa comida, boas instalações higiénicas, bom serviço, bom-gosto, eis as condições indispensáveis dessas pousadas ou estalagens. Tudo o mais — os reposteiros de veludo, que servem de toalhas, cadeiras estofadas e quase sempre estafadas, etc., etc. — é supérfluo, inútil, muitas vezes contraproducente. Portugal é um país de turismo, mas esse turismo saudável, campesino, deve satisfazer as exigências mínimas do viajante sem fazer perder ao nosso País o seu carácter lírico, familiar. Tudo quanto se fizer

para lhe roubar esse carácter, para lhe emprestar um vago e mal digerido *palacianismo*, é substituir o que em nós existe de bom, de espontâneo, de naturalmente hospitaleiro por alguma coisa de artificial, de postiço, de enfatuado que não está nos nossos hábitos simples, patriarcais.

Dentro do programa das Comemorações Centenárias, estão sendo construídas, com justa visão e notável acerto, pelo Ministério das Obras Públicas, para serem entregues, depois, ao Secretariado da Propaganda Nacional, sete pousadas de turismo que obedecem exactamente aos princípios que acabamos de expor. Desejámos, porém, antes da sua inauguração, fazer a demonstração, com um exemplo vivo, da forma como poderiam ainda adaptar-se a esses princípios alguns hotéis e pensões já existentes. Escolhemos para essa demonstração, para essa lição prática, esta assombrosa vila de Óbidos onde o passado não passa, sombra de D. Afonso Henriques, muralhas inexpugnáveis da nossa força moral, dos nossos oito séculos de existência.

Apesar do seu poderoso interesse turístico, nada havia, porém, que retivesse o viajante além do espectáculo da sua beleza impressionante mas parada: nem um hotel nem um restaurante. Resolvidos a dar em Óbidos a nossa lição de turismo simples, despretensiosa, percorremos certo domingo, minuciosamente, as suas ruas íngremes, altaneiras, floridas, em busca dum recanto onde o turista pudesse

descansar, arrumar as suas emoções, dividir em três partes a sua visita: almoçar, jantar, dormir. Acompanhados pelo jornalista Luís Teixeira, ilustre caldense, que tem Óbidos no coração, e pelo sr. Pedro Baptista, antigo administrador-delegado da Comissão de Iniciativa e Turismo, que tem a felicidade de habitar esta vila de sonho, onde passeia como em sua própria casa, procurámos, por toda a parte, não o local para construir uma pousada mas uma pensão que tivesse possibilidade de ser transformada, adaptada, tocada com uma varinha de condão. Aquela em que nos encontramos foi a que nos pareceu mais susceptível desse milagre não só pela sua situação, pelo seu arrumo e limpeza, mas também porque os seus proprietários mostraram, desde o nosso primeiro encontro, a melhor boa vontade em se subordinarem à orientação do Secretariado da Propaganda Nacional.

Traçámos imediatamente o nosso plano que foi confiado ao arquitecto Jorge Segurado, assistido pelo sr. Alfredo Costa Lopes, e ao decorador Paulo Ferreira, auxiliado pela sr.ª D. Maria Clementina Bento de Sousa. Como as alterações iam ser profundas surgiu, em certo momento, o problema jurídico de quem ficaria sendo o detentor desses melhoramentos, se o Estado, se os proprietários da antiga pensão. Mais uma vez tivemos então a oportunidade de avaliar a boa vontade do sr. Costa e da sua mulher que nos fizeram esta proposta: «Temos muito prazer em ceder ao Estado esta nossa propriedade em troca dos benefícios recebidos. Pomos apenas uma condi-

ção: deixarem-nos viver e morrer nesta casa» (1). Tal simpática proposta, que logo aceitámos, abre, portanto, um novo período na história da pensão. O sr. Costa, com os seus direitos adquiridos, será o concessionário da «Estalagem do Lidador», nome sugestivo com que baptizámos a antiga pensão, mas passará a obedecer, rigorosamente e de bom grado, ao regulamento já elaborado pelo Secretariado da Propaganda Nacional, e que assenta nestes dois princípios essenciais: higiene e compostura.

Não se julgue, porém, que a obra do Secretariado da Propaganda Nacional, no capítulo dos hotéis, no primeiro ano em que lhe foram confiados os Serviços de Turismo, se limitou à realização da Estalagem do Lidador. Entre as nossas primeiras medidas conta-se a criação de duas Brigadas de Hotéis com a seguinte missão: arranjar, retocar, libertar as paredes do pesadelo de certas gravuras e calendários, ensinar a colocar os móveis que são bonitos ou feios conforme a sua posição, dar conselhos sobre a indumentária dos criados, vestir as lâmpadas cuja nudez aflige, mudar certas cores que logo nos expulsam dos hotéis que abordamos, convencer os hoteleiros a cuidar não apenas da comida que vai para a boca mas também daquela que vai para os olhos, fazer o apostolado incessante do bom-gosto e da higiene.

---

(1) Cumpriu-se esta condição: O proprietário da pensão, Fuas Roupinho da Costa, e sua mulher morreram na casa que cederam ao Estado.

Para tornar mais convincente essa campanha, as duas brigadas estão autorizadas a contribuir, aqui e além, para certos melhoramentos: alguns metros de passadeira, um quebra-luz, uma lanterna, um reposteiro, uma cortina. Pequenos benefícios que não representam, de modo algum, a intenção de subsidiar a indústria hoteleira (subsídio incomportável e contraproducente) mas de fornecer pequenas indicações práticas sobre a forma de melhorar, arranjar, conseguir, com pequena despesa, apreciáveis modificações na fisionomia de certos hotéis e pensões. Devo informar que tal intenção tem sido largamente compreendida, tendo havido até alguns hoteleiros que, por sua conta, logo se dispõem a empreender as obras que lhe são indicadas como indispensáveis.

As primeiras Brigadas foram constituídas por um arquitecto, uma artista decoradora e um funcionário do Turismo. A do Norte, pelo arquitecto Luís de Melo Correira, pela decoradora Vera Leroi e pelo sr. capitão Martins. A do Sul, pelo arquitecto Gonçalo de Melo Breyner, pela sr.ª D. Júlia de Melo Breyner e pelo sr. Manuel de Melo. As duas Brigadas, que se desempenharam, com tacto e acerto, da missão que lhes foi confiada, visitaram, em todo o país, mais de cinquenta pensões e hotéis. Nalguns não tiveram senão que felicitar os seus dirigentes. Outros hotéis, poucos, logo se revelaram incuráveis, tal o seu desleixo e abandono ou tal a vaidade dos seus gerentes que preferem a sua decadência a admitir a sua incapacidade. Mas na sua maioria — justo é dizê-lo — os proprietários dos estabelecimentos visi-

tados mostraram a melhor boa vontade de colaborar com o S. P. N. aceitando com prazer todas as indicações. Não se julgue que a transformação foi completa, de modo a considerar modelares esses hotéis de turismo. Só uma acção continuada, persistente poderá elevar o nível da nossa indústria hoteleira, obra que não é certamente para um ano mas para anos seguidos de apostolado e acção. Quem entrar, portanto, nessas casas, depois da visita das nossas Brigadas não encontrará grandes obras, nem excepcional conforto, mas notará algo de imponderável, um pouco mais de claridade e de simplicidade. Não é ainda a flor mas é já a semente.

Para definir, porém, imediatamente, o nosso programa, para que se compreendesse onde queríamos chegar resolvemos transformar, dos pés à cabeça, esta antiga pensão de Óbidos que pode considerar-se o primeiro passo da nossa revolução dentro da indústria hoteleira, o modelo da obra que pretendemos realizar, espécie de grande maqueta. Como verificam, não há luxos nem grandezas inúteis, mas há espírito, há graça, esse conforto que não reside nos estofos, nos reposteiros pesados, mas na suavidade de tons, na alegria campestre de certas louças e chitas, no arranjo harmonioso do lar ocasional que pertence a todos mas que podia ser o nosso...

O Secretariado da Propaganda Nacional, absorvido pela parte que lhe coube nas Comemorações Centenárias, não pôde entregar-se este ano ainda, como desejaria, à tarefa empolgante do turismo que lhe foi agora confiada. Mas este princípio a que estais assistindo deve dar-vos a garantia da execução do

programa anunciado. A grande obra das nossas estradas ficaria incompleta se não povoássemos os seus desvios de pequenos hotéis, de estalagens, de moinhos habitáveis que tenham colorido próprio, simples abrigos da paisagem acolhedora. É preciso que a hospitalidade portuguesa, tão justamente celebrada, ganhe a sua expressão física na apresentação modesta, mas graciosa e limpa, de todas as casas portuguesas que recebem viajantes. Se tal conseguirmos — e o Secretariado da Propaganda Nacional não descansará enquanto não realizar esse objectivo — Portugal, pátria ideal do turismo, ficará sendo, por muitos anos, a casa de repouso duma Europa combalida, fatigada e doente, o seu jardim em flor, a sua mais bela pousada... (1).

---

(1) Palavras pronunciadas, em 16 de Agosto de 1940, em Óbidos, na inauguração da «Estalagem do Lidador».

A PRIMEIRA AGÊNCIA OFICIAL DE TURISMO

A singela inauguração da nossa primeira Agência Oficial de Turismo não pretende exagerar a importância relativa deste melhoramento. Com o auxílio prestimoso da Secção de Turismo da Comissão Executiva dos Centenários, dirigida superiormente pelo sr. Brigadeiro Silveira e Castro, não nos foi difícil transformar este desaproveitado *hall* do Secretariado da Propaganda Nacional na modesta agência precursora daquele Grande Lar do Turismo Nacional que ambicionamos erguer. Um simples arranjo do arquitecto Jorge Segurado, algumas felizes decorações de Maria Keil, as nossas montras confiadas ao bom-gosto e à competência da E. T. P. bastaram para transformar o átrio deste organismo no prefácio vivo da obra que pretendemos realizar. Se os convidei, portanto, a virem aqui, se lhes estou agora dirigindo estas palavras não é com a intenção frívola de jogar o *bluff*, de inflamar o acontecimento mas para marcar apenas o significado deste acto que interessa menos pela sua importância material, ou pela sua utilidade imediata, do que pela sua projecção, pelo seu valor simbólico.

O turismo, por circunstâncias diversas a que foi estranha a boa vontade dos seus antigos dirigentes,

viveu, durante muito tempo, emparedado num modesto segundo andar, donde se mudou há já alguns anos, para outro segundo andar do Terreiro do Paço. Ora o turismo se quiser convencer, seduzir, não pode estar preso, incomunicável. Tem de vir ao encontro do turista — em cada transeunte, desperto ou a dormir, há um turista — oferecer-lhe, sem o fatigar, sem insistir, imagens sedutoras, coloridas, de cidades e paisagens. O turismo — convençam-se todos os seus propagandistas — não é uma simples máquina de escrever mas uma grande máquina de viver.

O nosso turismo, portanto, para triunfar, para entrar em contacto com o ar livre, tem de se despir completamente da sua crosta burocrática para ganhar uma definitiva expressão utilitária, comercial sem dúvida, mas — permitam-me o paradoxo — *pràticamente poética.* O turismo é, na verdade, a grande indústria dos sonhos. Os seus produtos — viagens, excursões, romarias, festas — devem ser apresentados, nas vitrinas das agências da especialidade, como alegre e tentadora mercadoria. A mulher que passa, diante dessas vitrinas, deve ter assim o desejo de se encontrar dentro do cartaz com que lhe acenam como dentro de certo modelo da costureira em voga. O homem, por sua vez, deve apetecer-lhe levar para casa certa viagem, certo passeio, como lhe apetece, às vezes, adquirir o romance de cinta berrante ou o pudim vistosamente enfeitado. Ora, para se conseguir este poder de atracção é indispensável que a propaganda de turismo seja acessível, directa, que penetre, sem esforço, nos olhos de quem passa, sem

obrigar ninguém a subir escadas. A abertura desta agência tem, por isso, acima de tudo, este significado: abrir, definitivamente, de par em par, as janelas, tanto tempo fechadas, do turismo português.

Não faria sentido, aliás, que não existisse em Portugal uma Agência Oficial de Turismo quando o Estado Português teve já a ocasião de instituir, com inteligente visão, as Casas de Portugal em Paris e Londres que tão bons serviços têm prestado. Ora, se o turismo internacional nos interessa, o turismo nacional não nos interessa menos porque tem o que o outro não possui: permanência, continuidade. Além desta fundamental razão, se as Casas de Portugal servem para atrair os estrangeiros ao nosso País, esta Agência servirá para os receber e encaminhar. Foi já, dentro deste critério, que montámos, com indiscutível êxito, o Posto do S. P. N. em Vilar Formoso, boas-vindas de Portugal. A esse, quando a atmosfera internacional se desanuviar, outros se seguirão.

Longe de mim a ideia de insinuar que esta modestíssima Agência de Turismo, improvisada com materiais de exposição, na entrada do S. P. N., venha realizar a aspiração duma Casa de Portugal em Portugal, mas representa, sem dúvida, a primeira pedra dessa casa. Permite-nos, pelo menos, desde já, dar informações imediatas, actuais, aos turistas, nacionais ou estrangeiros, que visitem Lisboa.

Quanto a essa grande agência, que será a nossa melhor fábrica de turismo, não seremos só nós a erguê-la — não queremos essa glória — mas todos aqueles que vivem dessa e para essa indústria.

Alguns dias depois de a obra do turismo ter sido confiada a este organismo, tivemos a ocasião de reunir, no nosso gabinete, aquelas entidades às quais a criação duma agência desta natureza poderia interessar. Pedimos-lhes então que nos ajudassem, com o seu auxílio de ordem moral e material, a realizar essa ideia. E verificámos, com alegria, que todos os presentes não só compreendiam essa aspiração como se dispunham a corresponder ao nosso apelo e a contribuir, cada qual dentro das suas possibilidades, para a construção dessa agência. Circunstâncias diversas levaram-nos, por agora, a reduzir o nosso projecto, a enquadrá-lo provisòriamente no plano da Secção de Turismo da Comissão Executiva dos Centenários, mas não a desistir. Se convidámos, portanto, a vir ao Secretariado aquelas entidades às quais recorremos em determinado momento não foi para lhes anunciar que dispensamos o seu auxílio mas para lhes demonstrar, mais vivamente, com este pequeno ensaio, o que desejamos fazer. Esta não é, pois, a agência ideal que nos propúnhamos erguer com a vossa colaboração mas o seu esboço, o seu projecto. Depende agora de vós que o projecto ganhe forma definitiva, que o ensaio se transforme em realidade.

Não nos permitiu a tarefa dos Centenários, no ano que decorre, desenvolver como desejaríamos, o nosso programa de turismo. Mas conseguimos ainda assim encontrar tempo para uma sumária remodelação dos serviços e para ensaiar alguns pontos desse programa: Brigadas de revisão de hotéis, inauguração da Estalagem do Lidador, em Óbidos, desenvolvi-

mento do nosso Posto de Vilar Formoso, a inauguração desta Agência (1).

Uma certeza vos quero dar hoje: podemos errar, podemos seguir por caminhos diferentes dos que já foram traçados, podemos até descontentar os impacientes, mas trabalhamos, com entusiasmo e fé, para que Portugal se transforme, dentro de poucos anos, num país de turismo perfeito. Quais as armas de que dispomos? Nem grande competência, nem grande engenho, nem sequer a facilidade dum orçamento rico. Apenas — arma preciosa que compensa muitas deficiências — a volúpia de servir. Querer é poder — é velho lugar comum. Direi mais ainda: a vontade é a lâmpada maravilhosa de Aladino. Esfregando-a contìnuamente, com tenacidade, com paciência, torna-se possível realizar todos os impossíveis... Nós desejaríamos que Portugal, daqui a seis ou sete anos, fosse classificado como o país-modelo do turismo europeu. Dêem-nos esse tempo, confiança, e alguma força, e garanto-lhes que tal aspiração se transformará numa realidade, que Portugal será considerado, dentro desse curto prazo, o filme vivo da Europa, o seu melhor filme colorido, o único filme onde se poderá viajar dentro do *écran*, onde a vida de cada dia, meus senhores, será mais bela do que o sonho de cada noite.

---

(1) Palavras pronunciadas no átrio do antigo Secretariado da Propaganda Nacional, em 3 de Outubro de 1940. O Grande Lar do Turismo Nacional que então se ambicionou está prestes a ser inaugurado no Palácio Foz.

A PRIMEIRA POUSADA

SALÃO DE JANTAR DA POUSADA
DE SANTA LUZIA, EM ELVAS

Nesta época de restrições, de necessidades urgentes que dispensam o supérfluo, não deve parecer justificável, sensata, a inauguração da nossa primeira Pousada. Mas alguns minutos de reflexão bastam para se chegar à conclusão contrária. Construídas as Pousadas pelo Ministério das Obras Públicas, convenientemente decoradas e mobiladas pelo Secretariado da Propaganda Nacional, mantê-las encerradas, à espera de melhores dias, seria condená-las, arruiná-las, envelhecê-las prematuramente. Quando tentássemos abri-las, ao fim de alguns anos, e nos encontrássemos com os inevitáveis estragos causados pelo seu abandono forçado, teríamos certamente de gastar, para o seu restauro e conserto, quantias que não deveriam ficar longe das que foram necessárias à sua construção e arranjo.

Por outro lado, não nos podemos entregar ao fatalismo da guerra, desculpa fácil para todos os desânimos, para todos os braços caídos... Se o turismo externo se pode considerar inexistente, por estes tempos mais próximos, o mesmo não se deverá

dizer do turismo interno que chegou a ocasião de impulsionar não só porque sem ele, sem esse pano de fundo, sem essa base assegurada, nunca será possível defendermo-nos das flutuações do turismo externo mas também porque podemos encontrar, nessa distracção saudável, educativa e até económica, se for bem estudada, a válvula necessária à fatal depressão causada pela guerra. Na Suíça, onde os sacrifícios e as privações são possìvelmente maiores do que em Portugal, assim se tem procedido. O dirigente dos seus Serviços de Turismo, em visita recente ao nosso País, informou-me de que só agora os Suíços, porque outra qualquer distracção lhes é vedada, principiam a conhecer o seu país que era usufruído apenas pelos estrangeiros. De tais facilidades criadas ao turismo caseiro — afirmou-me ainda esse alto funcionário — resultaram imediatas consequências de ordem moral na maior resistência oferecida aos miasmas do tédio e do desalento e até de ordem económica na mais fácil circulação do dinheiro.

Os países de turismo, como Portugal e a Suíça, devem, aliás, aproveitar esta pausa forçada para se apetrecharem ou renovarem para a fatal euforia do novo depois-da-guerra. Após tantos anos de inferno terá soado a hora para aqueles países que tiveram sabido, entretanto, transformar-se em paraísos... E para tal, para se chegar a esse fim, comecemos desde já a montar a peça a ser representada, mais tarde, diante dos turistas estrangeiros, tal como se experimentam, às vezes, na província as peças que depois se exibem na capital. Não há gasolina, os comboios escasseiam? O mesmo acontece na Suíça. Mas tais

dificuldades apenas devem excitar a nossa imaginação e aproximar-nos ainda mais da natureza consoladora e aliviadora. Utilizemos caminhos de ferro, autocarros movidos a gás pobre, a mala-posta, o campismo, mas não renunciemos ao turismo, ao conhecimento íntimo da nossa terra, a única donde nos pode vir o apoio, a força, a alegria de viver de que tanto precisamos!

Estas Pousadas, aliás, não desafiam nem agravam a modéstia dos nossos recursos, a simplicidade da nossa vida, porque envolvem precisamente a lição contrária, porque desejam provar, acima de tudo, que o luxo e a ostentação, muitas vezes sem conforto nem bom-gosto, não constituem, obrigatòriamente, a matéria prima do turismo. É preciso destruir, duma vez para sempre, a mania doentia dos *Palaces* que se transformam em ruínas antes de abrirem, produto da megalomania de certas deliciosas cidades e vilas da província, que não compreendem que o seu principal encanto, o que lhes atrai visitantes, é a sua beleza saudável e rústica.

A ideia, por exemplo, de promover a construção dum pequeno hotel despretensioso, arquitectado e decorado ao gosto da região, modesto mas acolhedor, dificilmente ocorre ao espírito dos animadores locais. O objectivo é sempre fazer como em Lisboa, ou como viram em Royat ou em Vichy, com a ideia ingénua de deslumbrar o burgo vizinho e rival e com o preconceito falso, paradoxal, de que o conforto — casas de banho, bom aquecimento, a boa cozinha — não se coaduna com o rústico ou com o simplesmente gracioso. Não lhes interessa, desta forma, promover

a construção de hotéis pequenos, agradáveis, sorridentes desde que custem apenas — a miséria de seiscentos ou setecentos contos. O que lhes interessa é levantar grandes e descomunais bisarmas, com muitos quartos para fantasmas, diante de cujos cadáveres mutilados, a apodrecer, possam depois afirmar com sua pontinha de orgulho: «Já se gastaram mais de quatro mil ou cinco mil contos, e as obras ainda não estão concluídas...» E nunca estarão, cândidos edificadores de obras de Santa Engrácia, ingénuos arquitectos de castelos em Espanha! Perde-os, mata-os o mesmo falso orgulho das raparigas do campo que julgam ficar mais bonitas quando se vestem como as senhoras da cidade... Se avaliassem como ficam, pelo contrário, ridículas, acanhadas, contrafeitas, não hesitariam em despir os seus ouropéis e em regressar ao bom tecido regional, ao linho saudável das rocas primitivas, aos vestidos bordados, encontrados no fundo das velhas arcas...

Ora, as nossas Pousadas, que não possuem, sem dúvida, o número de quartos suficiente para satisfazer certas necessidades locais, foram construídas e arranjadas com o intuito principal de servir de modelo a esta nova orientação da indústria hoteleira em Portugal, maquetas animadas, espalhadas pelo País, onde se tornará fácil colher ensinamentos, apreender e desenvolver certas ideias. Procurou-se, portanto, que estes pequenos hotéis não se parecessem com hotéis. Se o hóspede ao entrar numa destas Pousadas tiver a impressão de que não entrou num estabelecimento hoteleiro onde passará a ser conhecido pelo número do seu quarto, mas na sua própria

casa de campo onde o aguardam os criados da sua lavoura, teremos obtido o que desejávamos. Foi esse o motivo que nos levou a cuidar dos pormenores desta Pousada como se nós próprios a fôssemos habitar. Tivemos, por exemplo, o cuidado de aquecer, de vestir as suas paredes com mantas, velhas gravuras, objectos regionais, bonecos de barro, para que os seus hóspedes, ainda que sòzinhos, se encontrem sempre acompanhados por certas coisas simples que os situem constantemente na região onde se encontram e não lhes quebrem a continuidade entre o interior e o exterior, entre a casa e o campo.

Foi esse mesmo critério que nos levou a substituir os clássicos criados ou malcriados (de *smokings* lustrosos nas bandas e no resto), por desenxovalhadas raparigas que lembram, na alegria e simplicidade dos seus trajos regionais, a própria paisagem que se enquadra nas janelas. Pela mesma razão, a cozinha das Pousadas do S. P. N. não terá nunca a pretensão ou a comodidade de imitar a chamada cozinha francesa, deturpação insípida da verdadeira. Com a adaptação necessária às circunstâncias do momento, fugiremos à monótona estandardização, à fatal pescada e ao fatal carneiro com batatas. Cada Pousada terá os seus pratos locais, as suas especialidades regionais, imagens culinárias dos próprios recursos da província ou do lugar. Conforto rústico, bom-gosto fácil no arranjo das coisas e também no paladar, simplicidade amável, eis as grandes linhas do programa das nossas Pousadas. E poesia, alguma poesia... Sem esse condimento, sem esse tempero espiritual, nada consegue convencer-nos, nada con-

segue insinuar-se em nós. Muitas coisas, em Portugal, resultam frias, monótonas, duras, porque os seus empreendedores esquecem, ignoram ou desdenham esse mínimo de poesia.

Dentro dessa organização poética, espiritual, que se deve imprimir, hoje, em nosso parecer, às próprias coisas materiais, resolvemos baptizar todas as Pousadas com nomes de santos populares: as de S. Martinho, Santiago e S. Brás mantêm, portanto, os seus nomes naturais. As do Marão, Vale do Vouga, Serra da Estrela, Elvas, ficam-se chamando, respectivamente, Pousada de S. Gonçalo, de Santo António, de S. Lourenço, de Santa Luzia.

Incluídas no programa das Comemorações Centenárias, foram as Pousadas construídas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas, debaixo da orientação pessoal do Sr. Engenheiro Duarte Pacheco que manifestou especial carinho pela sua realização. Mais uma ocasião se me oferece para testemunhar a minha profunda admiração e o meu sincero reconhecimento, como português, por este grande edificador de Portugal novo, por este grande realizador de sonhos. E aproveito esta oportunidade para agradecer também a presença de todas as autoridades locais e doutras personalidades que aceitaram o nosso convite para vir aqui.

Ao ilustre Subsecretário de Estado das Obras Públicas, Sr. Engenheiro Roberto de Espregueira Mendes, dedicado e valioso colaborador do Sr. Engenheiro Duarte Pacheco, apresento igualmente a expressão do meu sincero apreço e os meus sinceros

agradecimentos pela honra da sua presença neste acto inaugural.

O gracioso projecto da Pousada de Santa Luzia, que foi buscar o seu nome a um dos fortes da história militar de Elvas, pertence ao arquitecto Sr. Jacobetty Rosa. O seu arranjo interior, como o arranjo de todas, foi confiado aos Serviços de Turismo e aos Serviços Técnicos do Secretariado da Propaganda Nacional. A decoração, compreendendo os desenhos dos móveis e das roupas, é assinada por Vera Leroi, ausente nos Estados Unidos da América do Norte, e por Anne-Marie Jauss. A execução do mobiliário, e doutros complementos, foi confiada à casa Barbosa & Costa.

Três coincidências felizes se juntaram para tornar especialmente significativa esta inauguração. A primeira foi a circunstância, numa época em que temos de nos refugiar na tradição, em que precisamos de consolidar e reforçar, cada vez mais, as muralhas do nosso passado, de podermos inaugurar esta nova era da hospitalidade portuguesa em frente duma das nossas mais velhas praças de armas, diante do seu aqueduto monumental, brasonado, *ex-libris* da sua paisagem circundante, das suas férteis campinas onde o sonho galopa.

A segunda consistiu na rara felicidade de encontrar para concessionário da primeira das nossas Pousadas, onde é necessário que a poesia repouse, um verdadeiro poeta — Azinhal Abelho — , cujo próprio nome rescende a Alentejo. Saiba ele trazer para esta casa a graça florida, de andor extático, da sua aldeiazinha, da Senhora da Orada, e a

Pousada de Santa Luzia será um dos seus mais belos poemas, um verdadeiro poema vivo.

A terceira coincidência feliz foi a de podermos continuar, com a inauguração da Pousada de Santa Luzia, situada a quinze quilómetros de Badajoz, a nossa política de boa vizinhança com a Espanha. A presença do Sr. Governador Militar de Badajoz e outras autoridades espanholas, é a melhor ilustração desta feliz coincidência. Contentes ficaremos se esta casa se transformar em mais um traço de união entre os dois países, pombo correio com uma carta no bico, mala-posta da nossa amizade, o último adeus de Portugal aos espanhóis que regressem à sua pátria, as boas vindas da nossa terra aos que atravessem a fronteira...

Por toda a parte, hoje, no mundo, se cavam trincheiras, se consolidam fortalezas, se levantam muros blindados, cinturas e cortinas de ferro. Quase todas as construções, na hora presente, são construções de guerra... As nossas, porém, continuam a ser, teimosamente, fortalezas de paz, parêntesis de graça e de sossego. Teremos razão? Não teremos? É possível que não tenhamos razão, mas temos, com certeza, alguma poesia, reservas de poesia... E muito mais depressa do que se julga, senhoras e senhores, o mundo há-de recorrer a nós, porque lhe será difícil continuar a viver, por muito mais tempo, sem poesia e sem amor! (1).

---

(1) Palavras pronunciadas na inauguração da Pousada de Elvas, em 10 de Abril de 1942.

PALAVRAS
NEM TODAS AO VENTO...

REUNIÃO NO S. P. N. DOS DELEGADOS DAS COMISSÕES E JUNTAS DE TURISMO EM 27 DE MARÇO DE 1943

Nesta hora do mundo em que problemas da maior gravidade amesquinham e tornam ridículos todos os assuntos que interessam exclusivamente à paz e à alegria de viver, haverá quem estranhe e quem discuta a oportunidade desta reunião aparentemente ociosa, nefelíbata, leviana.

Tais críticos, porém, são talvez mais inconscientes do que nós porque não querem pensar no futuro, porque vivem, desvairados, sobre o presente como náufragos numa jangada. Não é este o momento, claro está, de passear, de fazer turismo. Faltam-nos para isso as condições essenciais: os transportes fáceis, as disponibilidades que a vida actual não nos consente, a despreocupação que a hora não nos permite, a inconsciência para cuidarmos do supérfluo quando nos pode faltar o necessário. Mas se estamos todos de acordo que não é lícito, nas circunstâncias actuais, fazer turismo ou, pelo menos, fazer turismo pelo turismo, se não se deve, sequer, estimular os Portugueses a deslocarem-se dos lugares onde trabalham e vivem, até porque só o podem fazer em desa-

gradáveis condições, deve-se, no entanto, aproveitar esta pausa forçada — e com urgência — para encenar turìsticamente o país de norte a sul, isto é, preparar, dentro da modéstia dos nossos recursos, o inevitável sábado de Aleluia do após-guerra...

"L'invitation au voyage"

Entre as vantagens que devemos à paz (em si própria o maior benefício) podemos e devemos contar, como uma das maiores, a propaganda natural que obtivemos a nosso favor através da passagem forçada pela nossa terra, que constituiu, para muitos, autêntica revelação, de estrangeiros de todas as qualidades e de todos os países. Portugal transformou-se assim, para aqueles que o entreviram, num cartaz vivo que não será fàcilmente esquecido, que há-de chamar por eles quando surgir, de novo, a hora de «l'invitation au voyage»: «Là, tout n'est qu'ordre et beauté...».

Foi, sem dúvida, ocasião excepcional, talvez única na nossa história contemporânea, para os estrangeiros, que raramente vinham a Portugal, a esta ponta extrema da Europa, se aperceberem do nosso interesse, das nossas qualidades, qualidades da paisagem, do clima e do homem. A impressão de muitos foi, — não há dúvida — de autêntico deslumbramento. Mas não nos iludamos. Se tal deslumbramento se pode considerar, em grande parte, justo porque nasceu da natural surpresa em face da revelação dum país que se impõe pelo seu carácter, pela sua beleza, pela sua poesia, nem sempre visível mas sempre sensível, foi também proveniente do contraste entre o inferno donde saíam e o paraíso onde chegavam, e pela visão rápida, superficial,

quase sonhada, do nosso País. Ora, o combate às nossas deficiências, reconhecidas, localizadas, fáceis portanto de atacar, deve constituir a principal ocupação, nesta forçada trégua que, paradoxalmente, a guerra nos oferece, do S. P. N. e das Comissões e Juntas de Turismo. Não podemos, por enquanto, montar grandes peças, inoportunas fantasias, para as quais não encontraríamos, aliás, na hora que passa, nem os intérpretes nem os figurantes... Mas podemos, com certeza, aproveitar o tempo fazendo obras no teatro, preparando-o para as inevitáveis representações que nele terão de se realizar logo após a guerra. Não é no próprio dia do espectáculo que se pintam as paredes, os cenários, que se forram ou consertam as cadeiras, que se instalam e experimentam as luzes...

Pulverização...

Para se chegar, porém, a qualquer resultado visível, positivo, torna-se indispensável, urgentíssimo, que se trabalhe com entusiasmo, com dedicação mas, sobretudo, com unidade, com um só pensamento. Por isso vos pedimos para conversar hoje convosco, para traçarmos juntos algumas directrizes a seguir. Somos os primeiros a reconhecer a vossa boa vontade, os vossos esforços, os vossos milagres realizados com diminutas verbas. Mas a grande dificuldade é que se torna impossível, pràticamente impossível, construir uma grande obra de conjunto através da pulverização e dispersão das verbas e das Comissões e Juntas de Turismo. Reunidas, devem perfazer a soma, já visível, de seis ou sete mil contos. Dispersas, se cabem a esta Zona ou a esta Comissão cinquenta ou cem contos, cabem

àqueloutra, com menos recursos mas não com menos necessidade, cinco ou seis quando não dois ou três. E assim se esta pode dar-se ao luxo de pensar na construção dum casino ou duma piscina, aquela entretém-se a construir limitados e acanhados miradouros onde, em geral, ninguém vai mirar... Ora, se queremos, na verdade, que Portugal se transforme num efectivo país de turismo, realidade que aproveitará, mais do que aos restritos interesses locais, a todas as regiões do país, precisamos de mudar imediatamente de critério.

É necessário, para isso, antes de mais nada, que os orçamentos enviados pelas Comissões e Juntas de Turismo ao S. P. N., se uniformizem, se concentrem no mesmo fim a atingir, que reflictam as directizes que lhes forem dadas, anualmente, nestas reuniões. Não podendo atacar todos os problemas ao mesmo tempo, devido à exiguidade e dispersão dos nossos recursos, e porque todos os problemas assim ficariam incompletos, devemos agir através de campanhas prèviamente combinadas, em que todos participem, unanimemente, visto tratar-se de debelar males comuns.

Principais deficiências

Estudemos, pois, dentro deste novo mas único possível critério, quais as principais deficiências que devemos combater na primeira das nossas campanhas. Eis as principais deficiências, no nosso parecer: atraso, em geral, da nossa indústria hoteleira, ausência de elementares medidas de higiene em certas chamadas Zonas de Turismo, espectáculo degradante e humilhante da mendicidade, mau-gosto da publicidade turística promovida por certos orga-

nismos, falta de utilização da riqueza folclórica das várias regiões turísticas. É evidente que há outros problemas igualmente sérios ou até mais sérios (como sejam os das canalizações, dos esgotos, das comunicações) mas esses ou não estão ao alcance das verbas reduzidas de que se dispõe ou entram forçosamente nos domínios das obras puramente municipais ou até das grandes obras públicas às quais, aliás, o turismo nacional já tanto deve.

Indústria hoteleira

Examinemos, agora, ràpidamente, cada um destes problemas. Pela renovação da indústria hoteleira portuguesa alguma coisa, sem dúvida, já se tem feito. Sem falarmos no esforço individual de alguns hoteleiros que merecem o nosso agradecimento e a nossa homenagem, não é demais relembrar o caminho percorrido, os passos já dados: a obra continuada, lenta mas persistente, das Brigadas Hoteleiras do S. P. N. que, ano a ano, têm vindo a melhorar, através de indicações, conselhos, e até de certa ajuda material, a fisionomia de alguns abandonados hotéis da província; a construção das Pousadas que tão bons serviços já estão prestando apesar de não se encontrarem ainda em pleno funcionamento; enfim, a criação do Gabinete dos Serviços Técnicos do S. P. N. que, na medida das suas possibilidades, dá assistência àqueles que pretendam construir novos hotéis ou remodelar os já existentes desde que se sujeitem ao critério e orientação do S. P. N. Mas se tais passos já representam alguma coisa de real, de visível, ainda estão longe de nos ter levado ao fim da estrada.

É preciso que os organismos locais de turismo colaborem activamente connosco, procurando animar a construção de pequenos hotéis (não de monstros inúteis) nas regiões onde a sua falta é completa, ou começando a proteger, com inteligência e bom-senso, os existentes que ofereçam possibilidades de ser melhorados pelos recursos próprios dos hoteleiros e também pelas intervenções oportunas das Comissões e Juntas de Turismo que devem ajudá-los com assistência contínua e até com pequenos auxílios materiais.

Não pode cada uma das Comissões ou Juntas de Turismo, é certo, olhar para todos os hotéis ou pensões da sua área, mas deve e pode dedicar a sua atenção, desprezando em absoluto as clássicas intrigas do bairro, ao que se encontra mais próximo do fim a atingir e onde se note, da parte dos seus proprietários, melhor boa vontade, mais segura compreensão do problema. Isto, quanto aos pequenos hotéis de província. Quanto aos dos grandes meios, o assunto só poderá resolver-se completamente no dia em que se enfrente, corajosamente, o problema do pessoal dos hotéis, tão grave como o das instalações dos verdadeiros ou falsos «Palaces». Nesse campo, apenas a criação do Crédito Hoteleiro e a fundação duma Escola de Hotelaria, dentro dum verdadeiro grande hotel, podem permitir chegar-se, em Portugal, às últimas conclusões do problema.

A estrumeira aberta...

A segunda deficiência, o segundo mal a atacar respeita a certos princípios de higiene comezinha, dentro até de Zonas de Turismo consideradas de luxo. Não está ao nosso alcance, sem dúvida, a resolução

do grande problema da higiene pública, mas há certas pequenas negligências que não nos será difícil fazer desaparecer se existir, em todos nós, profunda compreensão de que tais negligências são fatais para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Aponto, para exemplo, a necessidade absoluta, inadiável, de se iniciar uma campanha contra a estrumeira aberta, flagelo das nossas principais estâncias de turismo, onde só as moscas são servidas a toda a hora... Aquilo que se tem conseguido em toda a parte do mundo porque não se consegue em Portugal? O que não pode continuar é esse espectáculo primitivo, confrangedor, de senhoras elegantes que se tornam deselegantes ou de senhoras deselegantes que julgam tornar-se elegantes, sentadas às portas das termas ou dos grandes hotéis, agitando, sacudindo, vistosos e ridículos espanadores de papéis coloridos... Que as Comissões de Turismo gastem alguma coisa das suas verbas a sacudir definitivamente as suas moscas, e essas despesas serão bem mais úteis do que as destinadas a plantar jardins, com muitos «bonitos», em terras cujo encanto, precisamente, é confundirem-se com grandes jardins sem grades...

Mendicidade

O terceiro mal, que também pode ser o primeiro, é o espectáculo degradante e humilhante da mendicidade que as autoridades locais não conseguiram extinguir porque não lhe deram ainda, *dentro de si próprias*, a devida importância. Convençam-se, duma vez para sempre, que não há turismo possível com esse outro enxame de moscas que são os mendigos, aliás, quase sempre, profissionais da mendicidade. Quem vai repousar não pretende repousar

apenas o corpo, mas o espírito, mas os olhos... Não há bom humor, não há alegria, não há boa disposição que resistam à visão de certos aleijões, verdadeiros ou artificiais, que se exibem, com inexcedível impudência, nas nossas praias, nas nossas termas e noutras estâncias de repouso. Há certos locais, de beleza e pitoresco admiráveis, onde não levamos, há muitos anos, hóspedes estrangeiros de categoria porque não queremos passar pelo vexame de os ver, em menos de cinco minutos, cobertos de farrapos que não lhes pertencem.

Não podem, evidentemente, as Comissões de Turismo resolver o problema até ao fim porque não está nas suas atribuições nem possuem meios para tanto. Mas podem animar a sua resolução, tomar a iniciativa de juntar, para esse fim, as pessoas boas da terra, e até dispor, nos seus orçamentos, de certas somas para auxiliar o que nesse sentido se faça, pública ou particularmente. O que nos parece inútil é construir miradouros e deixá-los cercar de mendigos que não deixam ninguém aproximar-se deles... ou substituir as boas vistas por péssimas vistas... Tenha-se a vontade firme, mas *por dentro*, de acabar com a mendicidade... e acabará!

Anti-propaganda...

O terceiro objectivo desta campanha, que vos propomos, é o combate definitivo (tanto mais que alguma coisa já se tem conseguido) ao mau-gosto literário e gráfico da nossa propaganda turística. Temos de acabar — duma vez para sempre — com o *amadorismo*, com as habilidades bairristas do simpático mas incipiente artista local: «O filho do farmacêutico tem muito jeito e faz-nos isso muito

mais barato» ou «o meu sobrinho, que ainda ontem teve quinze valores em desenho, dá-nos conta do recado, com certeza». E é assim que constantemente nos aparecem, a reclamar os milagres de certa nascente de água mineral ou a doçura primaveril de certas praias, folhetos ou cartazes dum falso modernismo indigesto, arrepiante, «estilo futurista» como afirma cheio de orgulho (não vão julgar que estão atrasados...) quem os fez ou os encomendou. Ora, em assuntos de arte, ainda que de arte publicitária, é necessário não possuir orgulhos deslocados, aquela vaidade pueril que se traduz, quase sempre, nesta frase de cabeçudo agastamento: «Não querem lá ver... Como se eu não soubesse muito bem o que hei-de fazer». A humildade, em tais assuntos, acreditem-me, é o grande segredo do triunfo. O S. P. N. ganhou, entre amigos e inimigos, segura reputação de bom-gosto em todas as suas publicações e iniciativas. Pois bem. O segredo é apenas este: entregar a artistas, a verdadeiros artistas, (e em caso nenhum a amadores) todos os seus trabalhos gráficos ou outros em que a sensibilidade tenha alguma coisa a dizer...

Se o Secretariado da Propaganda não se nega pois, nunca, a dar-vos o seu parecer, a fornecer aos organismos locais todas as maquetas que lhe são pedidas, porque se insiste na brochura catita, no cartaz das termas com todas as miudezas à vista, nos bilhetes postais para deitar fora? A revista «Panorama» e o seu indiscutível êxito em Portugal e no estrangeiro onde é considerada modelar ainda não terá convencido todos os interessados da

necessidade imediata de mudarem de processos, de renunciarem à sua propaganda que não adianta nada porque atrasa tudo? Indispensável também acabar com a literatura farfalhuda, balofa, de certos folhetos em que se comparam as nossas estâncias às melhores lá de fora, enfatuamento que ou revela ignorância absoluta do sentido das proporções ou lamentável subserviência em face do estrangeiro que, muitas vezes, nem sequer é melhor do que o nacional.

Valorização do folclore

A última batalha da nossa campanha deve consistir na valorização turística daquele folclore que está compreendido em cada uma das zonas. O turista, acima de tudo, é um esfomeado de pitoresco, um caçador de coisas diferentes, de novas sensações e visões. Ora, Portugal é um cofre de velhas e coloridas coisas que não é difícil trazer à superfície, flauta rústica onde dormem velhos ritmos e melodias e um dos mais sugestivos guarda-roupas da Europa. Medite-se, por exemplo, no interesse turístico mantido pelo Minho através dos trajos sempre frescos das suas raparigas, dos seus grupos de cantadores e de cantadeiras...

Vamos, pois, para a valorização do *folclore* nacional, através de concursos de trajos, arranjos das habitações rústicas, das canções populares, etc., etc... Mas cautela, muita cautela com o perigo dos *ranchos* aperaltados, muito finos, com pandeiretas e fitas... Cautela com o profissionalismo do típico... O folclore deve ser, apenas, a graça natural do campo e da praia, uma espécie de trajo domingueiro, de ver a Deus, que não deve transformar-se nunca em trajo de Carnaval...

Recapitulemos, portanto, os fins a atingir neste plano de turismo elementar: construção de pequenos hotéis ou renovação dos existentes, combate a certas deficiências de carácter higiénico, combate, sem tréguas, à mendicidade, renovação da publicidade turística, valorização da nossa riqueza folclórica. Plano modesto, sem dúvida, mas o único possível enquanto durarem as circunstâncias actuais e enquanto não se reformar o problema do turismo em bases de maior eficácia. Se, ao fim de três anos, estes pequenos problemas estiverem resolvidos, ou a caminho de ser resolvidos, passaremos então a ocupar-nos doutros de igual ou maior importância. Mas o que tem de acabar, seja como for, é a fantasia, o amesquinhamento das coisas, a dispersão, a falta de subordinação a uma orientação única, superior, ainda que lhes pareça discutível, ainda que lhes pareça inferior...

Resta-nos agradecer a vossa comparência e a promessa de colaboração que representa. Se na nossa exposição panorâmica atingimos este ou aquele, sem, de modo algum, querer enfiar carapuças, a verdade — com muito prazer o confessamos — é que temos encontrado, em geral, em todas as Comissões e Juntas de Turismo o melhor espírito de colaboração que, aliás, se prova, em resultados já claros, já visíveis. As deficiências apontadas, e muitas outras, não são originadas em qualquer falta de boa vontade ou de desejo de bem servir mas na insuficiência da própria estrutura da organização do turismo nacional. E também — não o escondamos! — em teimosas sobrevivências do nosso antigo individualismo que

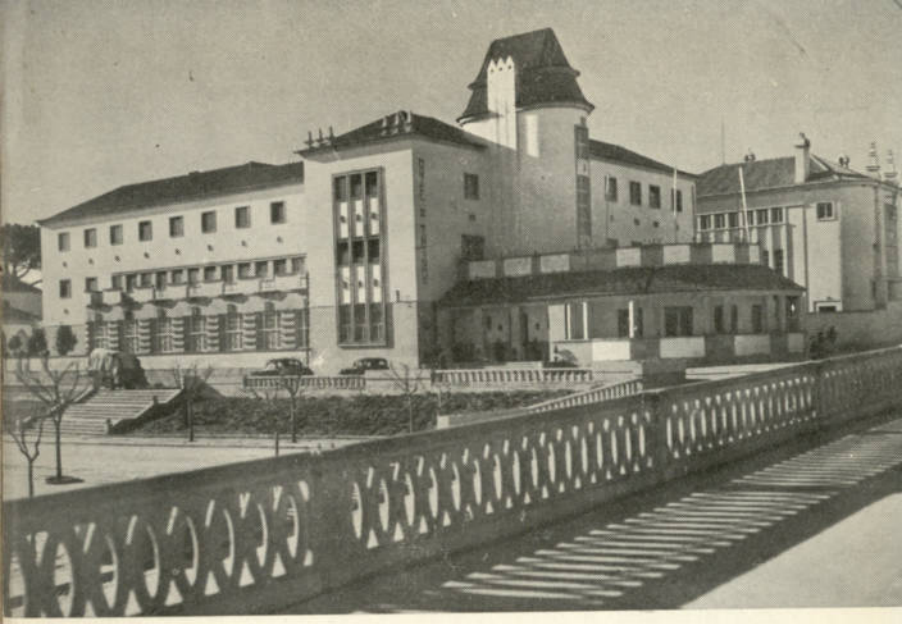
combatemos leal e honestamente até em nós próprios, mas que ainda nos resiste, que ainda nos combate. Por isso, estas reuniões, em que podemos conversar e até discutir serenamente os problemas que nos interessam, são utilíssimas. Pena é — mas aí somos nós os culpados — que não sejam mais frequentes, que apenas duas vezes, em quatro anos, eu tenha tido o prazer de os ver aqui.

Atravessamos horas dolorosas, graves, em que o turismo é considerado indústria de luxo, inoportuna em face das dificuldades que todos conhecemos, menores ainda no nosso País — é bom sempre relembrá-lo — do que noutro qualquer. Evitemos, portanto, as exibições deslocadas, as despesas supérfluas, as refeições de abundância inútil e chocante, as construções aparatosas e desproporcionadas. Mas preparemo-nos silenciosamente, dentro do razoável e do possível, para receber os nossos amigos, aqueles que não deixarão de nos trazer, desfeito o pesadelo, em agradecimento da hospitalidade com que os recebemos em horas difíceis, os seus cartões de visita... E, para terminar não nos esqueçamos, mais uma vez, de dar graças a Deus e aos nossos chefes, de podermos trabalhar, em paz e para a paz, enquanto quase todo o mundo, em guerra, trabalha para a guerra (1).

---

(1) Discurso pronunciado na sede do S. P. N., diante dos delegados das Comissões e Juntas de Turismo, em 27 de Março de 1943.

HOTÉIS
QUE FAZEM CIDADES...



O HOTEL DE TURISMO, EM CASTELO BRANCO

Foi com muito prazer, mais ainda, com sincera alegria que aceitei o convite para vir inaugurar, finalmente, este simpático e utilíssimo hotel que representa não só um grande benefício para Castelo Branco como, dum modo geral, para o turismo português.

Os homens que o conceberam e construíram, animados por grande fé patriótica e grande amor pela sua terra, sonharam talvez demasiado, viram talvez demasiado grande para as possibilidades locais desse momento. E por isso, durante alguns anos, este gracioso edifício, obra excelente do arquitecto Veloso Reis, foi «o grande mistério» de Castelo Branco. Para que serviria? Qual o seu destino? E estas salas vazias povoavam-se de sonhos, de festas esplêndidas, de maravilhosas imagens, não só erguidas por vós todos, habitantes amorosos da vossa clara cidade, como pelos próprios forasteiros que passavam ràpidamente, de automóvel, mas cujo olhar procurava penetrar, ainda que em rápidos segundos, através das vidraças, o mistério da silenciosa casa...

Mas esses primeiros sonhadores, que foram acusados do delírio das grandezas, tiveram, afinal,

razão. É que eles conheciam a têmpera dos homens da sua terra, é que sabiam que os seus patrícios, ainda que pudessem criticá-los, não os deixariam ficar mal... E foi o que aconteceu. Este hotel principiado pela antiga Comissão de Iniciativa, continuado pelas Comissões de Turismo que lhe sucederam, concluído recentemente pela actual Câmara Municipal, tão eficaz e diligente, foi agora posto a funcionar, sem qualquer subsídio, ainda que sob a fiscalização superior do S. N. I., por um grupo de «homens bons» de Castelo Branco que se decidiram a completá-lo, heròicamente, homens que souberam defender a sua terra da humilhante chaga duma ruína sem passado, nova...

Não quiseram esses homens (é preciso fazer-lhes essa justiça) fazer um negócio, apenas um negócio (sabem muito bem a que se arriscam...) mas prestigiar, sobretudo, a sua terra, civilizá-la cada vez mais. Obra, portanto, de amor regional, de amor da urbe, que merece o maior reconhecimento de toda a população de Castelo Branco, da província da Beira Baixa, e do próprio Estado representado pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, organismo que fica assim possuindo mais uma base preciosa para as suas pacíficas batalhas. A inauguração dum hotel não constitui, por todas estas razões, um simples melhoramento para o País mas também um admirável exemplo de espírito regional, de pundonor citadino.

Mas outra lição nos dá ainda o novo hotel de Castelo Branco que convém fixar e reter. Muitas cidades, muitas terras de província não se abalançam

à construção de pequenos ou grandes hotéis porque receiam — e compreende-se, por vezes, o receio — não os poder manter.

Mas o que muitos poderiam fazer, como este novo hotel o ensina, através da inteligente montagem e decoração de Cunha Barros, era construí-los para servir os forasteiros, sem dúvida, mas servir também as próprias populações das terras, pelo menos as suas *élites*, dando-lhes, ao mesmo tempo, as funções de salas de visitas e de recepção, clube até para aquelas que os não possuem, (como acontece em certas pequenas cidades americanas) onde possam realizar os seus banquetes, os seus bailes, as suas próprias festas de arte. Não se calcula a importância social, civilizadora, que pode ter um hotel, bem orientado, em qualquer cidade ou em qualquer vila. Se há cidades que fazem hotéis, há hotéis que fazem cidades... É que um hotel, bem cuidado nos seus pormenores, impecável na sua apresentação, rigoroso no seu nível sem deixar de ser acolhedor, é o palco natural da urbe, uma síntese dos seus valores sociais, a fotografia em grupo dos seus *melhores*. Basta uma visita rápida às instalações deste hotel, basta ver esta prática casa de jantar, para se ter a certeza de que o novo hotel de Castelo Branco servirá dignamente a causa do turismo mas será, ao mesmo tempo, a grande sala de visitas de Castelo Branco. Sinceras felicitações aos seus concessionários por este feliz critério, lição prática de adaptação do turismo geral às necessidades locais.

Resta-me acentuar, saudando o sr. Governador Civil, que representa neste acto o Governo Central,

que o novo hotel, velha aspiração de Castelo Branco, só foi possível dentro do regime de ordem em que vivemos há 19 anos. É esse regime ainda que nos permitirá, se soubermos conservar a nossa paz, atrair ao nosso País, dentro de pouco tempo, aqueles que desejarem descansar do grande terramoto que abalou o mundo e que tantas vítimas causou. Mas, para isso, é necessário que se ergam, urgentemente, por esse Portugal fora, hotéis, não digo tão grandes, mas simples, harmoniosos, que sejam como legendas da nossa paisagem, sombras de árvores amigas que acolham docemente os viajantes, aqueles que venham de longes terras procurar consolação para as suas tristezas, os convalescentes da grande doença da humanidade: a guerra... Castelo Branco acaba de gritar «presente!», acaba de responder ao apelo... Esperemos que outras cidades lhe sigam o exemplo, esperemos que Portugal se encha de lenços brancos, que se transforme, dentro de poucos meses, na grande residência, no grande solar da paz universal!... (1)

---

(1) Discurso escrito para ser pronunciado na inauguração do Hotel de Turismo de Castelo Branco, em 30 de Maio de 1945.

BALANÇO
E PERSPECTIVAS

REUNIÃO NO S. N. I. DOS DELEGADOS DAS COMISSÕES E JUNTAS DE TURISMO EM 13 DE DEZEMBRO DE 1947

De quando em quando, com mais insistência no verão, na época balnear, época própria também pela falta de assunto, aparecem, neste ou naquele jornal, nesta ou naquela conversa, comentários geralmente bem intencionados sobre as fraquezas e deficiências do nosso turismo, com aceradas críticas, às vezes claras, outras mais veladas mas não menos duras, aos serviços oficiais que dizem respeito a essa colectidade. E os *slogans* dessas críticas, periódicas e automáticas, são entre outros, os seguintes: «Em Portugal continua a não haver hotéis», «o serviço é péssimo», «as Comissões e Juntas de Turismo não servem para nada», «não se faz bastante propaganda das nossas belezas turísticas», etc., etc. Inútil, claro está, que todos os dias se abram novos hotéis; inútil que o S. N. I. edite, constantemente, brochuras (não tantas como desejaria, por falta de recursos) admiradas e apontadas como modelos por certos países considerados mais avançados do que nós nesse capítulo; inútil que se tenha criado para o País uma corrente de interesse que todos os dias avoluma nos

crescentes pedidos de *vistos*; inútil... Mas já continuamos...

Aquilo que já se fez...

É certo que falta muito, quase tudo, *mas aquilo que já se fez não dá o direito de dizer que falta tudo* e devia merecer o respeito, até a justiça daqueles que poderiam compreender ser impossível, por enquanto, fazer mais, ir mais longe, por defeitos da nossa orgânica, com base no Código Administrativo, e por falta de recursos materiais, inexistentes se os compararmos com os países mesmo *pobres* que pretendem *enriquecer*, precisamente em grande parte, com o desenvolvimento do seu turismo.

Às próprias críticas justas, aquelas, por exemplo, que se referem aos serviços deficientes dos hotéis, até dos bons hotéis novos, à ausência de actividades de certos organismos locais de turismo, pode responder-se ainda com a existência destes dois males fundamentais: estrutura defeituosa e falta de recursos bastantes para se estabelecer um *plano de turismo* com princípio, meio e fim. Com a actual orgânica, efectivamente, e as actuais verbas pouco mais se pode fazer do que vegetar e ir fazendo o que for possível, à espera de melhores dias e mais viva compreensão do problema, não por parte do Governo, que tem provado que o sente (como o demonstra a grandiosa obra do Ministério das Obras Públicas na parte que favorece o turismo), mas por aqueles que em vez de nos criticar deveriam antes criar o ambiente para que não se considerassem inúteis, supérfluas, sumptuárias, as verbas que fosse necessário inscrever no orçamento para que se estabelecesse e realizasse esse tal plano a *sério*.

Assim mesmo chega a ser milagroso aquele muito que já se conseguiu fazer com o nosso pouco. E estabeleçamos, desde já, para método da nossa exposição, o sumário das actividades do S. N. I. em matéria de turismo, a síntese do nosso esforço que somos os primeiros a reconhecer humilde, modesto, pelas razões já apontadas:

1 — *Criação duma* consciência *turística, com o reconhecimento e orgulho das nossas próprias riquezas naturais e artísticas através dos reflexos* internos *da propaganda* externa *e de iniciativas como o «Panorama», os programas da E. N. «Conheça a sua Terra», a publicação de várias brochuras, cartazes, mapas etc., etc.*

2 — *Revitalização e valorização do nosso folclore que aumentou consideràvelmente a riqueza turística do País criando-lhe elementos de atracção até agora inexistentes, decadentes e desvirtuados.*

3 — *Amenização das nossas estradas, linhas férreas e entradas de fronteiras, obra ainda no seu início, por dificuldade, morosidade e incompreensão burocráticas: concursos das «Estações Floridas», «Tintas e Flores», sinalização pitoresca das estradas, postos fronteiriços, etc., etc.*

4 — *Manutenção duma Agência de Turismo, até agora mal instalada, mas que tem fornecido, constantemente, informações e brochuras e até itinerários especiais, para certos casos, a todos os nacionais e estrangeiros que a têm visitado.*

5 — *Ligação deficiente, mas que tem procurado ser útil e activa, com as Comissões e Juntas de*

Turismo que teimam, às vezes, em desconhecer o organismo central que deveria comandá-las e orientá-las.

6 — *Elaboração do Estatuto do Turismo, a apresentar brevemente ao Governo com todos os ensinamentos da experiência de alguns anos, Estatuto que deve procurar, acima de tudo, coordenar, articular todas as actividades turísticas subordinando-as a um espírito e comando únicos.*

7 — *Esforço para elevar o nível de toda a publicidade turística do País, se bem que ainda se continue a lutar contra o amadorismo, contra os* habilidosos *que fazem letras* bonitas *e desenhos* muito bem feitos...

8 — *Criação das Brigadas Hoteleiras, cujo esforço muitos ignoram ou negam, e que conta já no seu activo, por meio de conselhos e pequenos auxílios, a transformação e renovação de algumas dezenas de pensões e hotéis. Assistência técnica através de fornecimento de ante-projectos, de orientação decorativa, àquelas empresas não comerciais que se dirigem ao S. N. I. para a construção do pequeno hotel que falta na região ou para melhorar o existente.*

9 — *Arranjo e orientação das Pousadas, que além de resolverem o problema da hospedagem nas nossas principais estradas de turismo, têm constituído exemplos, felizmente bastante seguidos e imitados, no desenvolvimento da nossa pequena indústria hoteleira e até no arranjo e decoração de certas casas particulares que adoptaram o estilo* Secretariado *como já se diz às vezes, com ironia consoladora...*

10 — *Constantes vistorias, pelas nossas Brigadas de fiscalização, a centenas de hotéis e pensões, serviço feito, aliás, de colaboração com aquelas Juntas e Comissões de Turismo que lhe compreenderam o alcance. Tem-se procurado assim, através duma vigilância contínua, melhorar as nossas instalações hoteleiras, se bem que se continue a lutar, aqui e além, contra a rotina, contra o colchão de palha* «muito mais saudável», *contra a casa de banho que não toma banho, contra a almofada com o* gato preto *ou contra o laçarote na cintura da jarra. Em todo o caso alguma coisa se tem conseguido, sobretudo não permitindo que subam de* classificação, *ligada agora às tabelas de preços, os hotéis que não o mereçam.*

É esta, pois, a síntese das nossas actividades positivas ainda que estes alinhamentos tenham sempre o defeito de deixar escapar o *imponderável* que se confunde muitas vezes com o *essencial.* Permita-se-nos, no entanto, que desequilibremos a nossa exposição fazendo algumas considerações à margem sobre os três últimos números desse resumo, aqueles que se referem, precisamente, à acção do S. N. I. no desenvolvimento da nossa indústria hoteleira.

Novos hotéis

Entre tantas incompreensões e injustiças de que somos alvo não há, talvez, maior do que essa, aquela com que topamos, frequentemente, de que a indústria hoteleira não tem dado um passo, de que continuamos como há vinte anos. Os que tal afirmam, por velocidade adquirida, ou porque as suas vilegiaturas no País não passam da Outra Banda, ignoram ou preferem còmodamente ignorar o extraordinário desen-

volvimento dessa indústria nos últimos dez anos. Em breve, numa exposição que tencionamos realizar, daremos as estatísticas, os dados concretos desta afirmação. Por hoje, basta-nos afirmar-lhes que muitas regiões antigamente consideradas inóspitas, sem uma cama no horizonte, estão hoje completamente servidas, algumas com hotéis quase luxuosos.

Citamos, para exemplo, a estrada Lisboa-Porto, com os seus desvios, onde existe apenas hoje a dificuldade da escolha: Pousada de S. Martinho, Hotel do Facho, Hotel Bau, Pousada de St.º António, etc., etc.

O distrito do Porto, o Minho, podem também orgulhar-se de novas e excelentes instalações hoteleiras: renovação parcial do Hotel do Porto, Hotel do Império, Hotel de Matosinhos, Residência do Escondidinho, Hotel de Famalicão, Hotel de Miramar, Ofir (obra notável e de grande futuro), Suave Mar, Grande Hotel de Caldelas, Pousada do Marão e, num plano mais modesto, a Pensão do Golfinho, em Leça; o arranjo do Hotel Silva, em Amarante, pela brigada do S. N. I., um pequeno hotel na Apúlia, etc. Em construção ou em projecto três obras importantes: o Hotel do Infante, no Porto, um grande hotel em Guimarães e a remodelação do Hotel de Santa Luzia, em Viana do Castelo.

Nas Beiras, em Castelo Branco e Guarda, duas regiões donde se fugia por falta de alojamentos, existem hoje dois excelentes hotéis, construídos pelas Comissões de Turismo locais e com o seu arranjo interno orientado pelo S. N. I. E também não devem ser esquecidos, ainda nas Beiras e em dife-

rentes regiões, os novos hotéis de S. Pedro do Sul, o novo Hotel das Termas, na Curia, o Hotel do Luso, e o Miradouro do Buçaco; o novo Hotel da Costa Nova, o Hotel de Gouveia, Mira Vouga, em Vouzela, o Hotel da Abrunhosa, o grande e sumptuoso Hotel de Monfortinho, além do hotel explorado pelas termas, também excelente.

O Sul não está ainda tão bem servido mas já não é o deserto de há dez anos. Além das Pousadas de Santiago, de Santa Luzia e de S. Brás, podem citar-se o oásis da quinta das Torres, os dois hotéis da Praia da Rocha, o novo Hotel de Faro. Em Évora também se está trabalhando, activamente, para a construção dum grande hotel que seja digno daquela cidade e perfeitamente enquadrado no seu ambiente.

Em Lisboa, onde continua a faltar o grande *Palace* que consideramos indispensável, até para o *aquecimento social* da cidade, alguma coisa se tem feito (o Hotel do Império, o Hotel Vitória, o Hotel Flórida, algumas boas pensões, etc.). No Estoril deve sublinhar-se o crescimento do Hotel Atlântico e o esforço de renovação do Monte Estoril Hotel. Santarém tem o Abidis. Na Ericeira também agora reabriu um pequeno mas luxuoso hotel. E até a abandonada Sintra, *la Belle au bois dormant* da nossa paisagem, principia a aprender a lição das Pousadas (Estalagem de Penaferrim, restauro do velho e romântico Hotel Lawrence, etc., etc...). Seteais, por sua vez, prepara-se para se transformar num grande hotel residencial.

Esqueço muitos hotéis, muitas pensões, muitos esforços dignos também de serem sublinhados mas

os exemplos que citei são já bastantes, creio, *para que não seja possível voltar a dizer que continuamos a não ter hotéis, que tudo continua na mesma.* A muitos estrangeiros, que traziam prevenções a este respeito, temos já ouvido os maiores elogios à nossa rede hoteleira que está longe de ser completa pois continua a haver regiões como as de Beja, Alto Alentejo, Alto Douro, Alto Minho, Trás-os-Montes, onde o turismo continua a ser uma difícil aventura apesar das belezas naturais dessas regiões. Do que não temos a culpa é que os nossos críticos só continuem a viajar nessas zonas onde não houve tempo de chegar, onde os homens estão talvez mais adormecidos e não compreenderam ainda que a boa hospitalidade, seja qual for a importância da cidade ou da vila, é um acto indispensável de boa educação...

Não quero afirmar, evidentemente, que todos estes hotéis ou até a sua maioria, sejam obra directa ou indirecta do Secretariado Nacional da Informação. Apenas reivindicamos a parte que nos cabe desde que o turismo passou para o S. N. I., na formação do ambiente em que se construíram e a influência benéfica, decisiva, que as nossas «Pousadas» e «Brigadas» exerceram no arranjo da maior parte deles.

Relações entre o S. N. I. e os organismos locais de turismo

Apesar de tudo, da obra já realizada pelo S. N. I. e pelas Juntas e Comissões de Turismo falta ainda, repetimos, fazer muito, falta como já disse, o simples estabelecimento dum grande plano de turismo. A verdade, porém, é que este só é possível de traçar, com projecções e segurança, depois de elaborado e apro-

vado o Estatuto do Turismo, já em estudo adiantado, do qual sairão os decretos complementares indispensáveis à execução dos seus princípios. De momento, uma verdade é necessário sublinhar, que constitui a legítima defesa do nosso organismo em face de certos ataques: unidade de acção, pensamento único em matéria de turismo que até agora, só teriam sido possíveis através de uma colaboração estreita entre o organismo central e os órgãos locais, efectivadas no exame atento dos seus planos de orçamentos se todos nos fossem enviados, dentro do prazo legal fixado pelo Código Administrativo, só invocado, com clamorosa dignidade, por algumas Câmaras Municipais, quando se trata de fugir à acção orientadora do S. N. I... Por enquanto, a situação é aquela que definimos na primeira sessão destes trabalhos. Há aproximadamente noventa Juntas e Comissões de Turismo. Este ano, apenas 12 planos de orçamento foram entregues dentro do prazo legal, isto é, até 30 de Novembro, e desse prazo até ao dia de hoje mais vinte. Falta, portanto, entregar 70, o que significa que sòmente um terço foi sujeito ao nosso exame, à nossa orientação.

E eu pergunto a todas as pessoas de boa fé, aos próprios que se esqueceram de cumprir as suas obrigações legais, se é possível criar uma política de turismo, só realizável, com a legislação actual, através do exame *sério* dos planos de orçamentos, com este desrespeito pelos mais elementares princípios de coordenação e disciplina administrativa? Se ao Secretariado Nacional da

Informação, Cultura Popular e Turismo podem ser atribuídas certas responsabilidades (e cabem-lhe também algumas) na ausência de estrutura do turismo nacional, estas dizem respeito, sobretudo, à sua tolerância, à sua benevolência, ao seu desejo de não quebrar com medidas rígidas aquele espírito de colaboração amiga que deve sempre existir entre o organismo central e os órgãos locais de turismo. Verifico, aliás com prazer, pelas conclusões a que se chegou nesta reunião, que um novo e saudável espírito construtivo começa a animar o turismo português.

Obras municipais e obras de turismo

Alguns membros das Comissões de Turismo têm manifestado dúvidas sobre a destrinça entre obras de carácter municipal e obras de turismo, não sabendo onde acabam as primeiras e principiam as segundas. É certo que tal destrinça não é fácil e há também casos em que a fronteira nem sequer existe, sobretudo no que diz respeito à acção das Juntas de Turismo que têm de criar o seu próprio quadro, o seu próprio ambiente. É tudo uma questão de bom-senso e de equilíbrio.

Creio não ser difícil estabelecer essa classificação nestas grandes linhas: *obras municipais* são aquelas, como é natural, que interessam acima de tudo, aos *munícipes*, aos habitantes permanentes da cidade ou da vila, ou da área do município. *Obras de turismo* são as realizadas especialmente para atrair e reter a sua população temporária, isto é, os *turistas* que só as visitam em determinadas épocas. Exemplo de obras municipais: um jardim, sobretudo fora do centro da população, ou em terras que já são

jardins; uma estrada não utilizada em percursos turísticos; um campo de *foot-ball* (não há *foot-ball* no verão) que apenas serve para distrair, durante o inverno, os habitantes da cidade ou da vila (não falo de *courts* de tennis ou de campos de *golf* pois estes têm, sem dúvida, carácter turístico). Exemplos, agora, de obras caracterizadamente turísticas: a protecção ao pequeno hotel para que este melhore cada vez mais e se torne acolhedor (não há turismo com desconforto); o estímulo para a construção de restaurantes típicos e para a conservação da boa cozinha regional; o arranjo pitoresco das ruas, o cuidado das fachadas (a lição da Suíça, neste capítulo, devia ser meditada); a protecção ao grupo folclórico *puro*; a aquisição do *auto-car* para excursões aos lugares vizinhos que ofereçam interesse; a boa propaganda sem mau-gosto: o cartaz, a brochura, o mapa, a colecção de postais que são seja para deitar fora, etc., etc...

Obras igualmente turísticas mas das quais não se deve abusar: a casa de chá, a piscina, etc. Seria longa, fastidiosa, a enumeração de todos os exemplos que poderiam ilustrar a diferença entre obras municipais e as de turismo. A inteligência dos que me ouvem completará o quadro.

Os Casalinhos

Ainda uma observação e sugestão: as Comissões e Juntas de Turismo, pedem-nos de quando em quando, como se nos pedissem uma simples brochura, a construção duma Pousada aqui, ali ou acolá. É evidente que gostaríamos de semear Pousadas nos lugares onde ainda são necessárias, se bem que não se deva confundir Pousadas com Miradoiros. Mas a construção

destas não faz parte do nosso orçamento pois o seu lugar é no orçamento do Ministério das Obras Públicas. Compete-nos apenas o seu arranjo interior, organização e decoração. É útil dizer, porém, que nem todos os sítios pitorescos, mas pouco visitados, exigem *Pousadas*. Uma simples casa limpa, com dois ou três quartos e as indispensáveis instalações higiénicas, poderia servir esses lugares onde *lá vem um...* Para esse efeito, encarregámos os Serviços Técnicos de elaborar dois projectos de *Casalinhos* que se poderiam construir cada um com uma centena de contos, pouco maiores do que moinhos, espécie de abrigos, recantos que tornariam ainda mais características a nossa paisagem e o nosso turismo. Nas estradas da América do Norte fez-se alguma coisa de semelhante mas sem a graça nem o encanto dos nossos projectados *Casalinhos* que os próprios organismos de turismo, com o auxílio de algumas boas vontades locais, poderiam fàcilmente erguer.

Portugal está em toda a parte...

Gostaríamos agora de lhes traçar as perspectivas do turismo nacional, o que falta fazer, as grandes linhas do seu futuro, a necessidade, por exemplo, da criação do crédito hoteleiro (para o qual temos empregado inúteis esforços), a construção de escolas de hotelaria, a necessidade de fomentar o aparecimento de agências de excursões no país com bons *auto-cars*, a fixação dos lugares onde ainda são necessárias pousadas, grandes e pequenos hotéis; o enunciar dum vasto plano de propaganda internacional do nosso turismo depois de garantir a hospedagem a

todos os que nos visitam, o estudo do desenvolvimento das nossas estâncias termais, a colaboração estreita com os caminhos de ferro, agências de navegação marítima e aérea, o plano do turismo insular e colonial, etc. (1).

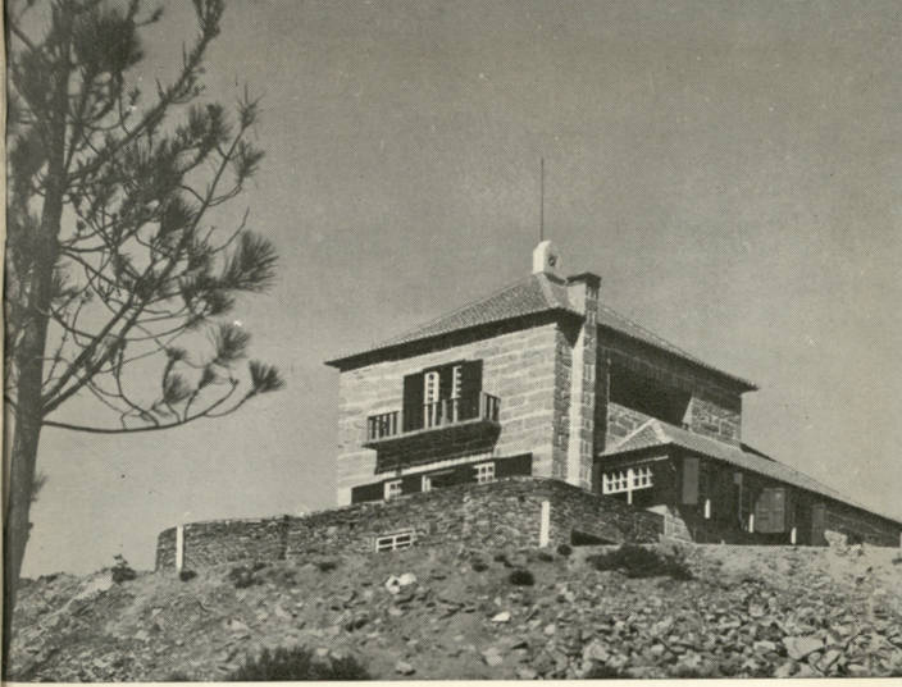
Mas já estamos falando há muito tempo e resta-nos ainda agradecer a colaboração que todos os presentes nos deram, aceitando o nosso convite para virem a Lisboa trabalhar connosco e com a melhor boa vontade. É possível que nos tenhamos excedido num ou noutro reparo à acção das Juntas e Comissões de Turismo, muitas das quais têm realizado obra notável num espírito de colaboração com o organismo central. Mas estas reuniões de nada valeriam se não houvesse coragem de tocar nas feridas, se não se tivesse o desassombro de enfrentar os problemas e de lhes procurar a melhor solução, às vezes contra nós próprios, contra as nossas ideias feitas. Os homens não são muitas vezes culpados dos seus próprios actos. O hábito, a rotina, o isolamento obrigam-nos por vezes, a cometer certas faltas, a ter esquecimentos, que são os primeiros a lamentar e a reconhecer depois de alguns minutos de reflexão. Mas não há nada perdido, meus senhores. E muito já se tem feito. O turismo português é, sobretudo Portugal, a matéria prima de Portugal: clima, céu,

---

(1) Discurso pronunciado no Secretariado Nacional da Informação, em 13 de Dezembro de 1947, perante dos delegados das Comissões e Juntas de Turismo.

paisagem, mar. Tudo o mais será fácil se compreendermos que nos devemos todos unir para o mesmo fim, se não nos esquecermos de que Portugal inteiro, de Norte a Sul, está *em qualquer parte* de Portugal, em cada aldeia, em cada vila, em cada cidade, em cada um de nós!...

A POUSADA DA SERRA DA ESTRELA



POUSADA DE S. LOURENÇO — SERRA DA ESTRELA

É altamente consolador, esplêndida lição para novos empreendimentos do mesmo género, o êxito indiscutível das Pousadas do S. N. I. que nasceram no programa das Comemorações Centenárias de 1940. Desta vez, gregos e troianos, partidários ou adversários do regime, louvam e admiram uma iniciativa do Estado Novo — gota de água no oceano das suas iniciativas — ou, pelo menos, a utilizam...

Contou-me, por exemplo, o gerente duma Pousada esta curiosa história: Certa noite, quando julgava finda a tarefa do dia, ouviu bater impacientemente à porta... Foi abrir e encontrou-se com três ou quatro pessoas que tinham descido dum sumptuoso automóvel e lhe pediram, com delicadeza, que lhes servissem alguma coisa, pois não tinham ainda jantado por motivo de uma «panne». Levemente contrafeito, resolveu-se o gerente a atendê-los com a ideia justa de que as Pousadas são para as ocasiões... Mandou levantar as criadas, acender o lume e serviu-lhes uma refeição quente, devidamente apreciada pelos seus clientes inesperados...

Mas quando estes chegaram pelas alturas da sobremesa, já pràticamente jantados, principiaram a dizer mal do Estado Novo, do Secretário Nacional da Informação e até da iniciativa das Pousadas, à qual deviam não ter ficado sem comer, mas que classificaram como simples «capricho» — palavra textual — do Secretário Nacional da Informação, para quem afinal tinham sido feitas, seu divertimento privado... E lá se foram, depois de voltar a agradecer ao gerente, outra vez com delicadeza, a sua acolhida e o excelente jantar que lhes tinham servido.

Quando me contaram esta história numa das minhas rápidas passagens por essa Pousada (não chega a meia dúzia o número de vezes, ai de mim!, que tenho podido dormir, como qualquer cliente, nesses meus caprichos...) longe de ficar aborrecido, senti-me bem disposto, contente, feliz por me ter encontrado com esta prova indiscutível, insofismável do êxito da iniciativa. Que importam tais contradições, às vezes inconscientes, se os próprios que comem e dizem mal se vêem obrigados a recorrer às nossas Pousadas, em horas difíceis, e a reconhecer a excelência dos seus serviços? O resto não vale nada, o resto é má língua nacional, parecida, aliás, com a má língua de todos os países...

Contente me sinto, portanto, com o êxito das Pousadas, que têm, como não pode deixar de ser, os seus altos e baixos, os seus dias felizes e infelizes (*na Pousada tal come-se muito mal ou muito bem porque la se comeu, um dia, muito mal ou muito bem...*). Mas contente, sobretudo, por se ter cumprido o artigo 2.° do Decreto que as regulamentou, por cons-

tituírem, de facto, modelos para a «nossa pequena indústria hoteleira». Na Exposição de «14 anos das actividades do S. N. I.», na sala de Turismo, há um «stand», depois do «stand» das Pousadas, que tem este título: «Reflexos»... E ali se podem ver algumas fotografias, as que foi possível conseguir e as que puderam caber dentro dum espaço limitado, de pequenos hotéis e simpáticas casas de hospedagem que aprenderam a lição, que souberam encontrar o caminho do conforto, do agradável dentro do rústico, do natural, do simplesmente português...

Algumas têm, sem dúvida, o seu carácter próprio e não podem considerar-se discípulas, no seu arranjo, das Pousadas oficiais. Mas seguiram-nas, indiscutìvelmente, na ideia da pequena casa acolhedora, sem carácter de hotel, com móveis «diferentes», ambiente «diferente», cozinha «diferente», a hospedagem para todos mas que mais parece para cada um. A maioria, porém, seguiu, sem o copiar servilmente, o estilo «Secretariado», estilo que alguns desdenham sem se lembrarem, ou não se quererem lembrar, que sucedeu ao estilo-aparador, ao cisne de louça com pedestal, ao guarda-fato muito mal vestido, quando não ao vazio integral, à decoração, nas paredes brancas, entregue simplesmente às moscas e aos mosquitos...

Numa das últimas exposições que fizemos sobre turismo, aludimos já ao estilo «Secretariado» a que muitos se referem com ironia «consoladora»... A revisão dos jornais supôs tratar-se duma gralha e corrigiu para ironia «desconsoladora». Não me consolei com esta desconsolação, e por isso aproveito a oportunidade para repor o meu texto

na sua versão original. «Ironia consoladora», sim, porque avalio por ela o caminho já percorrido, porque sinto que se conseguiu substituir alguma coisa de «indiscutível», — a desolação do mau-gosto ou, pior ainda, a falta de qualquer gosto da nossa velha indústria hoteleira, com certas excepções, — por alguma coisa de gracioso e amável, ainda que se desdenhe dos objectos de arte popular, dos «galos», dos pratos «ingénuos», dos tecidos rústicos que vieram substituir os solitários com flores artificiais, as almofadas de pirogravura, os calendários de publicidade barata... Ó críticos superiores e desdenhosos: tendes acaso a saudade dessas teias de aranha, dessas paredes nuas mas sujas, desses «toucadores» despenteados, de espelhos balouçantes, dessas camas desconjuntadas, de mau dormir, que nos faziam sofrer e fazíamos sofrer? Ironia consoladora, sim, ironia de quem aplaude por dentro e «sorri amarelo» por fora.

Quero dizer que estejamos completamente satisfeitos com o funcionamento das Pousadas existentes? Nunca devemos estar completamente satisfeitos perante a nossa obra porque seria torná-la vaidosa, atrofiá-la, adormecê-la na contemplação de si própria. Há defeitos, sem dúvida, a corrigir, omissões sobretudo. Quero hoje referir-me, principalmente, ao carácter que as Pousadas devem ter, e ainda não possuem por completo, de pequenos conservatórios da cozinha portuguesa. Em cada dia da semana, os gerentes ou concessionários das Pousadas devem ter o cuidado de servir um prato de cozinha regional, o «prato do dia». Quando a região não for favorecida por especialidades culinárias há, pelo menos,

BIBLIOTECA

as especialidades dos distritos ou da província. E também não devem faltar nunca os vinhos, os queijos e os doces da região. São cláusulas, aliás, dos nossos contratos com os concessionários, adormecidos durante a guerra devido à escassez de géneros, mas que devem agora ser cumpridas, que têm de ser cumpridas.

É também indispensável que as Pousadas se apresentem sempre com a nitidez, a limpeza do seu dia inaugural: paredes e soalhos impecáveis, estofos sem manchas nem pó, móveis sem nódoas nem lustro suspeito, pessoal impecàvelmente bem vestido, igual para todos os que se entregam à sua hospitalidade, ministro ou simples passante, estrangeiro ou nacional... Regras seguidas por todas as nossas Pousadas, bem sei, mas que devem ser constantemente lembradas, avivadas porque nada há mais contagioso do que o desleixo: a nódoa atrai a nódoa, o remendo atrai o remendo, o mau modo é um jeito que às vezes se adquire sem se dar por isso.

As Pousadas querem ser os romances inocentes, suaves da paisagem portuguesa... Quem as procure, quem nelas se hospeda deve ter, efectivamente, a sensação de viver num capítulo de novela, numa pausa do quotidiano, parêntesis de alegria e bem-estar no «dia a dia» das preocupações de cada um, da luta pela vida... Assim, com este espírito foram concebidas e realizadas, volumes de capas e títulos sugestivos nas estantes vivas do nosso turismo. Depois da Estalagem do Lidador, hoje fechada, adaptação duma velha pensão de Óbidos, ensaio tímido, a Pousada de

Santa Luzia, em Elvas, romance branco do Alentejo. A seguir, a Pousada de S. Martinho, em Alfeizerão, que parece ela própria ter pintado, para contemplação dos seus hóspedes, o vasto e pacificante panorama que se descobre das suas janelas. Inaugurou-se, depois, a Pousada de S. Gonçalo, no Marão, que nasceu ali, não por obra dos homens mas «porque sim», — esfregar da lâmpada de Aladino numa hora de fadiga, ao subir a montanha. Abre, mais tarde, a Pousada de S. Brás, novo romance, o romance das amendoeiras em flor, tão poética, tão fora da vida, mais fictícia ainda do que um romance, pura lenda... A Pousada de Santo António, no Serém, acode à chamada, confortável camarote diante do Vale do Vouga e do seu rio, exposição natural duma região que se deixa entrever e desejar... A Pousada de Santiago com a gravura da própria vila como pano de fundo, foi a penúltima a ser inaugurada, Pousada de transição, pórtico do Alentejo, Sul e sonho de mais Sul... E finalmente esta, a última do Plano dos Centenários, a que inauguramos hoje, a de S. Lourenço, a mais perto do Céu, Pousada da neve, a Pousada-bandeira...

Outras se vão construir a seguir, e lá se encontram inscritas no Plano de Melhoramentos do Ministério das Obras Públicas: a de Penafiel, a de Tomar, a de Marvão, a das muralhas de Óbidos, a das Berlengas... E sei que se pensa também numa Pousada nos arredores de Serpa, outra em Miranda do Douro... Mas, por agora, deixem-nos respirar fundo, descansar um pouco neste maravilhoso lugar onde nos chegou a parecer difícil, impossível dar «possibilidades de

vida» a uma Pousada, de tal forma o sítio nos pareceu encantado, sobrenatural, «fora precisamente da vida»... Os nossos primeiros artistas e funcionários que a demandaram, para estudar o seu arranjo e decoração, ficaram dentro dum automóvel, bloqueados pela neve, durante três dias sem deles haver novas nem mandados. Mas sosseguem os timoratos: foi durante o ciclone, que se pode classificar como um motivo imprevisto em qualquer programa de turismo... Parece não constituir um reclamo a evocação deste facto mas estou convencido de que não poderia dizer nada de mais excitante nem de mais palpitante para os gulosos da aventura... e do perigo que, aliás, não existe...

Aqui, sim, aqui, estamos em pleno romance de John Boyer, Singrid Undset ou de Ramuz, aqui estamos na casa-abrigo, hoje, num dia de sol, amanhã, possìvelmente, no meio duma tempestade de neve ou ouvindo rugir o vento como fera à solta. Aqui é um cenário de romance, de obra de teatro ou até de filme, aquele cenário onde as paixões humanas desencadeadas são compreendidas, sentidas pela agitação da própria natureza...

Maravilhoso lugar, repito, com o seu mergulho profundo no vale do Zézere, com a sua pitoresca povoação que outrora se chamou, injustamente, «Poio Negro», com os seus passeios, que são também pequenas aventuras, ao Fragão do Corvo, ao Vale do Facarão, ao Seixo Branco, à Fraga da Morte, à Cascata da Fervença, nomes que sabem a grandeza e altura só de pronunciá-los...

Mais uma conquista, portanto, do turismo português, mais uma posição alcançada, mais um reduto que se tomou! Esta foi, na verdade, uma das nossas batalhas, a batalha da altura, da ascenção, batalha para alcançar a paz dentro da nossa própria natureza, batalha que se venceu no caminho do céu, batalha na serra da Estrela... para alcançar as estrelas! (1)

---

(1) Palavras pronunciadas na inauguração da Pousada de S. Lourenço, em 14 de Março de 1948.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
BIBLIOTECA

POLÍTICA DO ESPÍRITO

OBRAS PUBLICADAS:

APONTAMENTOS PARA
UMA EXPOSIÇÃO

MUSEU DE ARTE POPULAR

TURISMO, FONTE DE RIQUEZA
E DE POESIA

A SEGUIR:

BAILADOS "VERDE GAIO"

PRÉMIOS LITERÁRIOS E ARTÍSTICOS

TEATRO, CINEMA E RÁDIO

EDIÇÕES
S N I
LISBOA

Comp. e Imp. nas Oficinas Gráficas de
RAMOS, AFONSO & MOITA, LDA.
Rua da Voz do Operário, 8 a 16, Lisboa

BN
EFG0000513920